



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JOSÉ FRANCISCO BERNARDO DE SOUZA

**METAMORFOSE DE SI: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA ESCOLA SENAI
EM CAMPINA GRANDE (1957-1964)**

CAMPINA GRANDE

2018

JOSÉ FRANCISCO BERNARDO DE SOUZA

**METAMORFOSE DE SI: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA ESCOLA SENAI
EM CAMPINA GRANDE (1957-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso, de natureza monografia, apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Dr. Flávio Carreiro de Santana

CAMPINA GRANDE

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729m Souza, Jose Francisco Bernardo de.
Metamorfose de si [manuscrito] : a construção identitária da Escola Senai em Campina Grande (1957 a 1964) / Jose Francisco Bernardo de Souza. - 2018.
60 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana ,
Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Historiografia. 2. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. 3. Memória. 4. Ensino técnico. 5. Educação.

21. ed. CDD 907.2

JOSÉ FRANCISCO BERNARDO DE SOUZA


**METAMORFOSE DE SI: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA ESCOLA SENAI EM
CAMPINA GRANDE (1957-1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso, de natureza monografia, apresentado ao Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Dr. Flávio Carreiro de Santana

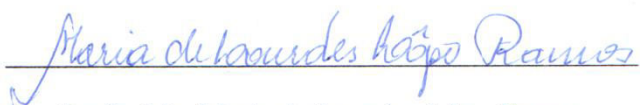
Aprovada em: 15/06/2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana (Orientador)

(UEPB/CEDUC/DH)



Prof. Me. Maria de Lourdes Lôpo Ramos

(UEPB/CEDUC/DH)



Prof. Me. José do Egito Negreiros Pereira

(UEPB/CEDUC/DH)

Ao meu pai Francisco, de vida tão efêmera e lembrança tão duradoura. A Neuzinha minha mãe fortaleza de vida. aos meus amores, Suelen, Thalles e Gaby, que sempre me cobrou uma das coisas mais raras nos últimos anos: tempo! Com suas palavras: “brinca comigo, papai, só um pouquinho, por favor!” (Gaby)

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Jesus Cristo por ser minha rocha inabalável, sem o qual não estaria aqui.

À Universidade Estadual da Paraíba, instituição à qual devo toda a minha formação acadêmica. A minha experiência construída ao longo dos cinco anos. Por tudo isso, devo muito do que sou, profissional e pessoalmente, a esta universidade, que merece meu reconhecimento e gratidão aqui explícitos.

Foram muitas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram com este trabalho. Entre elas, gostaria de registrar meus agradecimentos:

Ao professor Flávio, pela atenção e apoio, como orientador, e pela forma como sempre conduziu as aulas, permitindo que o pensamento de seus alunos fluísse livremente;

Aos professores José do Egito e Maria de Lourdes (BABY), por terem aceitado o convite para participarem da Banca Examinadora e pelas contribuições que com certeza serão úteis para a continuidade do estudo sobre a temática;

A todos os professores, colegas e amigos, que fizeram parte desde o início de caminhada acadêmica, que foram momentos especiais, cujo valor, precede a minha chegada e agora minha saída.

A todos os meus irmãos que me apoiaram Roseana, Rosi, Francicleide, Lucimere, Damião e Cosma.

Aos meus grandes amigos Josinaldo Ramos (mãozinha), José Augusto e Adailton (Cabo Jorge) pessoas de altíssima qualidade.

Enfim, o meu agradecimento especial:

A Neuza minha querida mãe, por sempre me incentivar aos estudos.

A Suelen Cristina meu grande amor, obrigado pela parceria e cumplicidade. Agradeço também pela dedicação, durante esses anos, aos nossos filhos, que me possibilitou mais tempo para as atividades de graduação.

Aos meus filhos Thalles e Gabrielle, pelo constante carinho e compreensão.

A dona Biozinha minha segunda mãe que ampara meus filhos nas inúmeras ausências, e a Márcia, cunhada e irmã mais nova obrigado pelo apoio.

A VERDADE DIVINA

A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade, porque a meia pessoa que entrava só conseguia o perfil de meia verdade.

E sua segunda metade voltava igualmente com meio perfil, e meios perfis não coincidiam arrebentaram a porta.

Derrubaram a porta.

Chegaram ao lugar luminoso onde a verdade esplendia os seus fogos. Era dividida em duas metades diferentes uma da outra.

Chegou-se discutir qual a metade mais bela
Nenhuma das duas era perfeitamente bela.

É preciso optar.

Cada um optou conforme seu capricho, sua
ilusão, sua miopia.

Carlos Drummond de Andrade

SOUZA, José Francisco Bernardo. **Metamorfose de si: a construção identitária da Escola SENAI em Campina Grande (1957 a 1960)**

RESUMO

O presente estudo objetiva compreender como ocorreu a construção identitária da Escola SENAI em Campina Grande, através da análise nos registros memorialísticos presentes na obra “Uma escola e algo mais” do prof^o Stênio Lopes. Nesse sentido, buscamos apresentar quais foram os indícios e sinais presentes nos registros memorialístico que envolveu o SENAI nesse processo de mudança nos anos de 1957 a 1960 e que contribuiu para a consolidação de uma imagem forjada sob o viés de “boa escola”. Somado a isso, através dos textos da coluna diária “Rosa dos ventos” assinada por Lopes no Jornal Diário da Borborema, percebemos como uma determinada realidade foi construída, dada a ler pela sociedade paraibana, possibilitado pelo jornal. Entraram em pauta as contribuições autorais que trabalharam algumas temáticas sobre criação do SENAI e seus estatutos. Com base nessas fontes tentamos apresentar e descrever o projeto intervencionista do diretor Stênio Lopes, intitulado na presente pesquisa como “Metamorfose de si”, no que representou as conquistas materiais e imateriais após as reformas na estrutura física e pedagógicas da escola, possibilitando um novo olhar da sociedade campinense sobre o SENAI.

Palavras-chave: História; SENAI; Educação.

ABSTRACT

The present study has as its objective to comprehend how the identity construction of SENAI in Campina Grande occurred, through analysis in the memory records found in the book, “Uma escola e algo mais” – A school and something else, by professor Stênio Lopes. In this sense, we tried to show evidences and signs presented in those records which involved SENAI in this changing process from 1957 to 1960, and that contributed to the consolidation of a shaped image of a “good school” pattern. In addition to that, through the texts of the daily post “Rosa dos Ventos” – Wind Roses, signed by Lopes in the daily *Diária da Borborema* newspaper, we figured out how one specific reality was built, considering that the Paraíba state society had access to it thanks to the newspaper. Part of the discussion was the copyright contributions that worked some themes on the creation of SENAI and its regulations. Based on these sources we tried to present and describe the interventionist project of director Stênio Lopes, entitled in the present research as “Metamorfose de si” – Our own metamorphose”, which represented the material and non material achievements after the changes in the physical and pedagogical structure of the school, providing Campina Grande society with a new look upon SENAI.

Kew-words: History; SENAI; Education.

LISTA DE ABREVIATURAS

CG	Campina Grande
CFESP	Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional
DG	Diretório Geral
DR	Diretório Regional
DB	Diário da Borborema
DPs	Departamentos Nacionais
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FNI	Federação Nacional das Indústrias
NUPEHL	Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local
SMO	Sistema Metódica de Ofício
SENAC	Serviço Nacional do Comercio
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizado industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O LUGAR DA ESCOLA DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	15
1.1 Projeto político X Projeto social: A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI.....	15
1.2 O SENAI na Paraíba e em Campina Grande.....	19
1.3 José Stênio Lopes: um professor é algo mais.....	24
2 PARECER É PERECER:O DIAGNOSTICO DA IMAGEM INSTITUCIONAL DA ESCOLA SENAI DE CAMPINA GRANDE (1957)	26
2.1 O perfil patronal agrícola pede urgência de mudança no SENAI Campina Grande.....	26
2.2 A Metamorfose identitária é construída de dentro para fora.....	31
3 METAMORFOSE DE SI: A CONSTRUÇÃO IDENTITARIA DA ESCOLA SENAI EM CAMPINA GRANDE (1957 a 1960)	36
3.1 Etapas das mudanças ocorridas no SENAI-CG.....	36
3.2 A Metamorfose do método: a atuação estratégica do professor alinhando teoria a prática no método de ensino do SENAI-CG.....	42
3.3 O que a metamorfose faz: a constituição de uma nova imagem para o SENAI.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	57

INTRODUÇÃO

A pesquisa que se segue analisará o processo de construção da imagem institucional da Escola SENAI em Campina Grande no período entre 1957 a 1964, observando as mudanças ocorridas nas primeiras décadas de atuação na Paraíba, nomeadas nesse trabalho como **metamorfose de si** e como essas mudanças contribuíram para o reconhecimento da Escola perante a sociedade campinense.

O interesse em pesquisar esta instituição me remete a época em que estudei no SENAI. Constantemente ouvia de muitas pessoas o mesmo discurso que mesclava respeito, admiração e autoridade no que se refere à formação de mão-de-obra técnica. Essa aceitação positiva fazia com que ostentasse o título de uma “boa escola”. Todavia, só depois de ingressar no Núcleo de Pesquisa em História Local (NUPHEL) em 2017, desenvolvi a minha pesquisa, gerando dois artigos e mais este trabalho ao qual se segue doravante¹.

Entende-se que a História Local preserva questões intrínsecas a memória, a formação de identidades e os usos da História junto às localidades pesquisadas, enquadrando a memória aos interesses dos órgãos que promovem o estudo da sociedade a que pertence dentro de um contexto político social. Logo, “a referência ao passado serve para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também suas oposições irreduzíveis” (POLLA, 1989, p. 09). Desse modo, a História Local é componente de coesão da sociedade e uma possibilidade de enquadramento da memória, passível de ser utilizada pelo público.

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostos, têm de ser traduzidas em diferentes ocupações nas trajetórias devidas individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas conseqüências para certos domicílios. (SAMUEL, 1990, P. 220)

Nesse sentido, a história local caracteriza-se como uma proposta de abordagem histórica que revela as particularidades de um lugar e os pontos de ligação com diferentes realidades, seus ambientes e a heterogeneidade de sujeitos e grupos sociais.

Com base na definição acima, delimitamos as fronteiras dessa pesquisa de acordo com os registros memorialísticos de Lopes, revelando em sua ótica como se desenrolou o processo de mudança ocorrido com a Escola SENAI - Campina Grande nos primeiros anos da segunda metade do século XX. Esse fato é considerado um divisor de águas, entre um período de

¹ O NUPEHL está integrado a Universidade Estadual de Paraíba-UEPB, atuando na preservação, produção e divulgação da História da Local.

atraso para a escola e seguido da consolidação plena da marca SENAI, sendo essa última uma consequência da reconstrução da imagem institucional, e que desencadeou o reconhecimento e o prestígio por parte da sociedade paraibana.

A temática proposta como objeto de reflexão não se detém apenas aos processos econômicos e sociais que foram ocorridos com o SENAI, mas as representações² que foram construídas e que geraram uma projeção nítida da real função da Escola, ampliando as conquistas materiais, definindo seu papel diante do processo de industrialização na Paraíba, despertando maior atenção para o ensino profissional em Campina Grande. Dessa forma, pretendemos esmiuçar as especificidades das etapas do trabalho desempenhado pelo prof^o Stênio Lopes após assumir o cargo de diretor da Escola SENAI em Campina Grande em 1957. Apresentaremos as mudanças implantadas por ele, dentro de um recorte temporal ainda pouco explorado, mas que foi possível de ser apreendido enquanto projeção histórica e social, compreendido desde a sua chegada em 1957 até meados de 1960, década decisiva para a consolidação da Escola SENAI na Paraíba.

As dadas intervenções são apontadas nesta pesquisa como fator determinante para sobrevivência do SENAI, pois fortaleceu as bases da escola, adaptando-a para as mudanças que ocorreram na sociedade. Sendo assim, a instituição se transformou em função das novas relações que foram se estabelecendo. Mudaram-se nela a estrutura física, o método de ensino, as sociabilidades e, conseqüentemente, as representações sobre a imagem institucional da Escola. É importante ressaltar que o termo sociedade é aqui entendido, pelo conjunto de sujeitos que compunha a sociedade paraibana, ao qual a Escola SENAI interagiu promovendo ações sociais ou a que estabelecia relações econômicas, composta pelas empresas industriais, tal como exposto pelo professor Lopes: “A comunidade era, primeiramente, os industriais. Quando eles necessitavam de uma peça de reposição em alguma máquina e não tinham condições de fabricá-la em sua própria oficina, sabiam que podiam vir ao SENAI para a peça ser confeccionada. (...)” (LOPES, 2004, p. 67)

Para que esse trabalho fosse possível utilizamos um corpus documental tendo como eixo norteador a obra “**Uma Escola e Algo Mais**” do professor e diretor José Stênio Lopes, e que foi associada a outras fontes, o que ampliou os horizontes e as possibilidades de

² A noção de representação remete às classificações, delimitações e divisões que realizam a construção do mundo social como sendo uma categoria essencial para uma nova apreensão e análise do real, segundo Chartier, as variáveis de acordo com as classes sociais ou meios intelectuais, vão se produzindo a partir das disposições estáveis e partilhadas que são próprios a um determinado grupo. Estes esquemas intelectuais absorvidos desta maneira são capazes de criar figuras ou representações possibilitando um sentido ao presente e uma interpretação a determinado espaço. Sendo um instrumento teórico-metodológico capaz de apreender um campo histórico particular as condições de demonstrar a exteriorização das características internas simbólicas. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p. 17)

compreendermos melhor a construção discursiva³ de “boa escola”. Com riqueza de detalhes, nos revela seu empenho para construir uma imagem positiva da Escola SENAI de Campina Grande, aproximada ao previsto no estatuto do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. “Aos poucos se formava em meu espírito a ideia da função social do SENAI. (...) Para os serviços de Natureza social, as próprias Federações das Indústrias e a Confederação Nacional das mesmas haviam criado o SESI.” (Ibid., pp.49-50)

Nesse sentido, o relato memorialista contido nessa obra nos revela a representação do mundo social sob o qual estava inserido o SENAI, se referindo as posições e interesses dos atores sociais envolvidos, objetivando descrever a situação que se encontrava a Escola e depois, os resultados pós-intervenção, tal como pensa que ela é ou como gostaria que fosse fundamentado na noção de representação por meio da imagem. A partir das memórias registradas pelo prof^o Lopes, podemos nos apoiar na noção de existência de um passado representado, preso a uma determinada dimensão espaço-temporal a partir da narrativa de suas memórias.

Outra fonte utilizada nesta pesquisa foram os jornais, mais especificamente o “**Jornal Diário da Borborema**”⁴. Dele, utilizamos a coluna diária assinada pelo professor Lopes intitulada “Rosa dos Ventos”, pois foi por meio desse instrumento de comunicação que estabeleceu um canal direto com a comunidade, analisando as consequências trazidas a população ocasionada pelos embates, impactos e tensões presentes na relação do SENAI com as camadas mais pobres, desprovidas da educação básica satisfatória, esclarecendo todas as mudanças ocorridas no SENAI, trazendo a luz a diversos questionamentos da comunidade. Nesses artigos estava implícito o seu projeto de tornar a Escola SENAI numa referência para o ensino profissional, construindo uma nova representação identitária na mentalidade dos paraibanos.

³A percepção de construção discursiva entendida neste trabalho alia-se as proposituras de Roger Chartier em “História cultural: entre práticas e representações” como sendo a ação que as pessoas exercem sobre si e sobre os outros, que está em relação dialética com a estrutura social, posicionado em relação a lutas hegemônicas e aberto para ser investido ideologicamente e politicamente, em uma prática que constrói e significa o mundo através das representações das identidades, das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crenças.

⁴O Jornal Diário da Borborema se instalou em Campina Grande no dia 2 de outubro de 1957, pertencente aos Diários e Rádios Associados, fundado pelo jornalista paraibano Assis Chateaubriand e contava com a participação de várias personalidades como o professor Stênio Lopes, o jurista Raymundo Asfora, Epitácio Soares, Nilo Tavares e outros. A primeira publicação do Jornal saiu composta por sete cadernos e 56 páginas, que foram comercializadas por três cruzeiros. A abrangência do **DB** cobriu os principais acontecimentos políticos, e daqueles que contribuíram para a cidade se desenvolver, compondo um conjunto de fatos que dão forma a história de Campina Grande. Como também, notícias nacionais e internacionais, dividindo espaço com artigos e crônicas de vários escritores dentre eles o prof^o Lopes, sendo o primeiro jornal a se instalar na cidade. Antes do **DB**, apenas circulavam em Campina os jornais paraibanos, como: A União (2 de fevereiro de 1893) este, o mais antigo jornal em circulação hoje no Estado; O Norte (7 de maio de 1908) era independente, mas em 1954 é incorporado aos Diários e Rádios Associados; é o Jornal Correio da Paraíba (5 de agosto de 1953).

Aqui alertamos para a importância do cruzamento de variadas fontes históricas nesse trabalho, dando norte à narrativa histórica. Segundo Pesavento (2008, P. 98), as fontes são “frutos de uma renovada descoberta, pois só se tornam fontes quando contém pistas de sentido para a solução de um enigma proposto”. A compreensão que temos é que fontes são dados de outros tempos que dependem inteiramente do historiador para revelar os sentidos.

Independentemente de seu propósito original, do sentido essencial de sua elaboração, os documentos impressos e/ou manuscritos vinham sendo considerados, por excelência, as fontes principais de estudos e de pesquisas históricas (...) Como origem fundamental da narrativa histórica, os documentos deviam ser apreendidos como resultado de um trabalho humano que, ao registrar a mensagem emitidos por quem criava, podia traduzir, embora de modo fragmentado, uma aproximação parcial – os vestígios – de um fato, de um acontecimento, de uma experiência vivida, de objetos ou, até mesmo, de impressões e de sensações. (SAMARA&TIPY, 2007 P. 18, 19)

Fazendo uso destas fontes desenvolvemos este projeto monográfico que apresenta em seu primeiro capítulo o contexto da época de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em 1942 durante o governo do Presidente Getúlio Dorneles Vargas. No entanto, embora tendo partido de uma iniciativa do Estado brasileiro, o SENAI se desenvolve e é mantido por empresas privadas, demonstrando como é possível promover a educação independentemente das esferas de poder que a administre.

A ampliação dessa discussão alcança a implantação da Escola na Paraíba e com ela a possibilidade de oportunizar o ensino profissional, em cidades como Campina Grande, ainda que localizada no interior do Estado, e não sendo capital, pôde sediar a primeira unidade da Escola SENAI na Paraíba e sediar a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba **FIEP**. Apresentaremos também um pouco da biografada personagem mais importantes da história da instituição, e por que não dizer do SENAI nacional, o professor Stênio Lopes, figura conhecedora da função principal da Escola e os ideais que regeram sua criação. Porém, a conjuntura encontrada, provocou-lhe estranheza, o quanto houvera sofrido modificações no decorrer da década de 1950, motivando-o, portanto, a desempenhar um papel fundamental no processo de construção de uma nova identidade para a escola SENAI-CG.

As características físicas da Escola, como também a cultura escolar⁵ restabelecida, emergirão na narrativa do segundo capítulo, demonstrando como se deu sua inclinação para hábitos agrícolas, ao passo que formava mão-de-obra para indústria, apresentando dicotomias:

⁵ Cultura escolar pressupõe os modos de como os conhecimentos e habilidades são passados seja de maneira formal pelos dispositivos e instrumentos da pedagogia ou pelas interações que são desenvolvidas no pátio de recreios, em paralelo as relações das culturas familiares difundidos em uma determinada sociedade. Pelo que afirma Dominique Julia pode ser também “(...) um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades, religiosas sociopolíticas ou simplesmente de socialização” (2001, p. 10)

industrial/agrícola; rural/urbano; moderno/arcaico. Esses traços dualísticos analisados por Lopes foram gerados das adaptações feitas por seus antecessores no cargo de diretor da Escola. Faremos também a devida apresentação do projeto arquitetado por Lopes para reverter tal situação, promovendo a criação identitária do SENAI, aqui nomeado pelo termo **Metamorfose de si**.

Como desfecho desta pesquisa, o terceiro capítulo abordará com base nas narrativas memorialista e do prof^o Lopes como todo processo metamórfico ocorreu. Este momento considerado o ápice da presente monografia, detalharemos a implantação dessas mudanças, sua adequação e as implicações provocadas por ela, sendo ratificadas pelos discursos extraídos do **DB**, em artigos assinados por Lopes.

É diante da atuação desta instituição e do seu prestígio – fato que fora conquistado ao longo de décadas no Brasil – que endossamos a relevância da presente monografia. Analisando como se deu a construção da imagem institucional da Escola, poderemos compreender diretamente o seu processo de consolidação em Campina Grande, e porquê ainda nos dias atuais é uma instituição bastante respeitada e procurada por aqueles que desejam uma formação técnico-profissional.

CAPITULO I:

O lugar da Escola de Aprendizagem Industrial na História da Educação Profissional

1.1 Projeto político X Projeto social: A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI

A criação do SENAI está ligada a uma série de acontecimentos ocorridos no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Seria simplista até certo ponto fazer uso de um único fato isolado para explicar ou justificar sua criação. Portanto, é preferível entender os motivos que levaram sua criação como sendo o resultado de uma cadeia de acontecimentos que convergiram nesse intuito. O primeiro, e não menos importante, foi o processo de industrialização brasileira que aumentou a necessidade de mão-de-obra qualificada, e para isso o caminho passava pela educação. Essa dinâmica forçou o Presidente Getúlio Vargas dar atenção diferenciada a educação, sobretudo, a profissional durante o Estado Novo (1937-1945), a visão progressista de Vargas entendia o desenvolvimento do Brasil a partir de uma produção industrial fortalecida, não apenas com vultosos volumes de investimentos, mas também por uma mão-de-obra melhor preparada.

Para tanto, além do investimento maciço na indústria de base, ou seja, a que produz matérias primas para outras fábricas, o governo interveio significativamente na educação profissional, pois a força de trabalho escassa e a desqualificação dos operários neste período dificultavam a expansão industrial com melhor tecnologia. Portanto, a educação passava por um movimento de renovação como nunca antes havia existido. Em relação à educação profissionalizante, as indústrias foram obrigadas a agirem em conjunto com o Estado, segundo suas especificidades, mas no intuito de criarem escolas voltadas à profissionalização de jovens aprendizes, geralmente aos filhos de operários ou associados (SENAI, 1992).

Contudo, esse projeto só foi efetivado graças ao envolvimento das empresas, abarcando a responsabilidade de criação dessa instituição. O segundo ponto talvez esteja explícito na fala do engenheiro Ítalo Bologna em sua monografia: “Formação Profissional na Indústria – O SENAI”: o surgimento do SENAI era um fruto bem sucedido do CFESP (Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional) nas estradas de ferro do país. Mais tarde, por meio do decreto Lei nº 1238, de 2 de maio de 1939, foi manifestado a instituição de um sistema educacional voltado a formação profissional, sendo o recursos financeiros oriundos das empresas e vinculados ao Ministério da Educação.

Antecipando-se a uma decisão nesse sentido, a classe industrial, sob liderança de Evaldo Lodi e Roberto Simonsen, deliberou assumir, não somente os

encargos, mas também as responsabilidades pela a organização e direção de um organismo próprio, subordinado à Confederação Nacional da Indústria e às Federações de Indústrias dos Estados.

Assim nasceu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o Decreto-Lei nº 4.048, publicado no Diário Oficial de 24 de Janeiro de 1942 (...)⁶

Por esse viés, o Serviço de Aprendizagem Industrial vai se desenvolvendo em uma linha tênue oscilando entre a iniciativa de políticas públicas e a iniciativa privada. Fato é que, em 1942 o SENAI teve sua primeira sede no Rio de Janeiro capital do Brasil. Nesta mesma época foram também instalados os DP's em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No ano seguinte, em abril de 1943, inaugurava-se em Recife-PE o único DR da região nordeste e a Delegacia Regional do Paraná.

Como previsto na constituição de 1937, em 22/1/42 Getúlio Vargas decretou a lei de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (Senai), impondo aos empresários a cooperação na qualificação do operariado industrial, em bora posteriormente esses também fossem manter escolas técnicas de nível médio. Na mesma direção, em 10/1/1946, instituiu-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) com o objetivo de oferecer cursos profissionalizantes para os empregados de empresas comerciais.⁷

Nesse contexto, acontece à maturação institucional do SENAI graças ao investimento provenientes das indústrias com o apoio “simbólico” do Governo Federal, estabelecendo o rol de características normativas e padronizando todas as unidades do SENAI em território nacional. A Federação Nacional das Indústrias (FNI), em parceria com Departamentos Regionais (DR), promoveria em cada região condições estruturais para a realização do ensino profissionalizante, o chamado “serviços do ensino S” (SESI, SENAI, SEBRAE). Nesta proposta, observa-se uma mescla dos anseios do setor industrial com as novas propostas educacionais da chamada reforma Capanema, bastante influenciada pelos métodos da Escola Nova⁸. Todavia, as prioridades do Ministério da Educação generalizam o ensino profissional, incluindo timidamente o SENAI.

⁶LOPES, Stenio. Uma Saga da Criatividade Brasileira / Stenio Lopes. – Rio de Janeiro : SENAI – DN, Divisão de projetos Especiais, 1982, p. 03. Obra que traça a trajetória da Escola SENAI através do plano legislativo que definiu o projeto de criação e regeu sua administração.

⁷VEIGA, 2007, p. 295.

⁸Desde a última década do século XIX diversos pensadores como Rousseau, Fröbel e Pestalozzi vão repensar a maneira de ensinar trazendo inovações pedagógicas. Expressões do tipo “pedagogia científica” ou “didática experimental” passaram a ser difundidas entres os educadores. Essa renovação pedagógica foi desencadeada pela lógica das novas dinâmicas da sociedade: a extensão do modo de vida urbana, o trabalho industrial, as novas profissões, o desenvolvimento das ciências e da tecnologia, a consolidação do capitalismo e a heterogeneidade social, fez surgir uma escola nova. “O termo “Escola Nova” ou “Escola Ativa” ou ainda “Escola do Trabalho” designava uma nova pedagogia que variava de acordo com os autores e as tradições, possivelmente a terminologia “escola nova” pela primeira vez, foi utilizada por Cecil Reddie (1858-1917) fundador da The New School na Inglaterra em 1889. Depois o movimento se ampliará com John Dewey (1859-1952), para ele o processo ensino-aprendizagem significava mudar de comportamento perante as diversas situações da vida.

Toda essa sabatina influenciou diretamente o método pedagógico da Escola SENAI, sendo pensada e disseminada por todo o Brasil, cumprindo as seguintes prerrogativas pelo quais o ensino industrial deveria atender de acordo com o decreto nº 4. 043 de 30 de janeiro de 1942:

Aos interesses do trabalhador, realizando sua preparação profissional e sua formação humana; 2. Aos interesses das empresas, nutrindo-as, segundo as suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra; 3. 'Aos interesses da Nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura' (BEISIEGEL apud GRIJALBO, 1971, p. 381).

O mesmo decreto incidiu no modelo estatutário do SENAI, apontando como atribuições necessárias ao ensino profissional o alcance das seguintes competências:

1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específica do setor;
2. Dar aos trabalhadores jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e a produtividade;
3. Aperfeiçoa os conhecimentos e habilidades técnicas de trabalhadores diplomados ou habilitados. (Decreto-lei n. 4 073, de 30 de janeiro de 1942).

As competências deste decreto se apresentaram favoráveis ao processo de crescimento industrial brasileiro a ele inerente. O SENAI, adequando-se a dinâmica, desenvolveu sua modalidade de ensino na tentativa de atender as mudanças ocorridas nas relações de trabalho da sociedade. Tais princípios pedagógicos se alicerçam nas teorias de John Dewey (1859-1952), idealizador do movimento "Escola Nova", cujo pensamento expressa as práticas educacionais adotadas pelo SENAI em todas as modalidades de ensino oferecida pela instituição. "Uma importante mudança foi apercepção definitiva de que a escola é um espaço privilegiado para instruir e educar os futuros cidadãos membros da sociedade." (Veiga, 2007, P. 217). Facilmente na relação professor/aluno, a saber: "uma relação de cooperação, trabalhando em conjunto para atender um fim determinado (...) era através do domínio do concreto que os conceitos abstratos de cada ciência iam sendo assimilados e testados na prática" (SENAI, 1991).

Essa metodologia incorporada na didática pedagógica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em suas décadas iniciais objetivava principalmente responder de imediato o conseqüente crescimento nas demandas de mão-de-obra, que carecia imediatamente de trabalhadores qualificados para ocupar funções que exigiam formação técnica especializadas dessa nova indústria promotora do crescimento tecnológico do Brasil.

A preocupação em manter as estruturas sociais estáveis, garantindo força de trabalho suficiente e ao mesmo tempo, pudesse dar conta às demandas de funções que vinham sendo criadas, a partir do investimento concentrado na indústria de base, foram marcas da

administração da fase ditatorial do governo Vargas. Por outro lado, essas medidas vieram a calhar com as exigências dos grupos empresariais que pressionavam o governo no intuito de criar novas tecnologias formando pessoas capacitadas e comprometida com a nova fase que trilhava o Brasil.

À infância e à juventude a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados, e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino, em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. O ensino pré-vocacional destinada às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-me dar execução a esse dever fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e das associações particulares e profissionais. (LOPES, 1982, p. 04)

Em 1937, Getúlio sancionou o projeto de Fidelis Reis, que previa o oferecimento obrigatório do ensino técnico, profissional e industrial do brasileiro, atribuindo ao Estado o dever de garantir o ensino pré-vocacional e profissional aos desvalidos socialmente. Portanto, é durante o Estado Novo que o ensino profissionalizante se desenvolve em instituições próprias e auto financiadas por empresas do ramo fabril, de modo a receber de retorno, serviços e mão-de-obra qualificada.

Embora a constituição brasileira constituísse que a prioridade do Estado era promover o ensino técnico, na prática não se deu desta maneira, continuando a ocupar uma posição subalterna em relação ao ensino secundário – sob esse viés, o caminho de muitos jovens pertencentes às classes menos abastadas foi norteado ao ensino profissional, em seguida ao mercado de trabalho. Por ventura, se alguém chegasse ao grau profissional e pretendesse dar continuidade a sua formação escolar, galgando o nível superior, teria que se submeter a graduasse no ensino secundário integral, retardando a vida escolar dos jovens que tinham urgência em trabalhar para sobreviver.

Desta forma, o curso profissionalizante não garantia o acesso à universidade, tornando-se uma segunda opção para a elite brasileira naquele momento, passando a ser direcionado aos jovens das classes menos favorecidas, estigmatizando em muitos casos o ensino secundário, como um retrocesso diante da fase escolar a que se encontravam naquele nível de sua carreira. Ou seja, já seriam profissionais empregados que teriam de voltar à escola para poder cumprir o ensino secundário, inviável nestes casos.

É apenas na década de 1940 que há de fato a padronização das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, também conhecidas como “Reforma de Capanema”, uma alusão ao então ministro da educação – Gustavo Capanema, pensando em um sistema de ensino que atendesse as exigências das competências a serem alcançadas nessa nova modalidade de ensino e a que público se destinaria, através do decreto-lei nº 4 073 de 30 de janeiro. Este equiparava essas

modalidades ao ensino secundário, passando a se desenvolver em dois ciclos, desencadeando a criação de diversos decretos e serviços ligados diretamente à indústria e aos ramos adjacentes, como no caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) através do decreto-lei n. 4 048 de 22 de janeiro de 1942. (MENDONÇA, 2004)

1.1 O SENAI na Paraíba e em Campina Grande

Os primeiros registros do ensino profissional na Paraíba se dão em 1859, quando o presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha, assinam a Lei n° 6 de 1° de setembro, autorizando a Assembléia Legislativa Provincial a organizar na capital uma escola de artífices destinada aos órgãos desvalidos e aos filhos de pais pobres, sendo esta uma oferta bastante ampla na Paraíba neste momento: “Não tinha, entretanto, aquêl Colégio a finalidade propriamente de preparar operários para indústria, porém, a de socorrer os meninos pobres e desvalidos, que fôssemos órfãos, ou filhos naturais de mães desvalidas (...)” (FONSECA, 1986, P. 100).

Nesse período, a indústria na Paraíba era muito tímida, existindo apenas um estabelecimento industrial, não havendo necessidade da qualificação profissional. Em 1869 foi criado na capital o Colégio de Educandos Artífices destinado a formar mão-de-obra para edificações, conta com 36 alunos divididos em dois grupos: um na área da alfaiataria no total de 21 e outros 15 na parte de sapataria. A necessidade do momento justificava apenas a existência desses dois cursos, mesmo previsto no regulamento da escola a permissão para instalação de outros tantos. Além do Colégio de Artífices a situação da educação na Paraíba se resumia a singelas 71 escolas espalhadas pelo território da Província, e que segundo Suckuw da Fonseca estavam estruturados da seguinte maneira:

(...) O ensino primário, de acordo com a lei de 30 de novembro de 1864, dividia-se em três graus: primeiro, segundo e superior. E quanto ao secundário, havia o Liceu, na capital onde se estudava o Latim, Francês, Inglês, Geometria, Filosofia, Geografia e retórica. Em três cidades do interior, Mamanguape, Areia e Pombal, funcionavam também, aulas de Latim. (Ibid., p. 100-101)

Com relação ao ensino de ofício só houve mudanças significativas em 1910, devido a Lei n° 7. 566 de 23 que foi sancionada um ano antes. Essa Lei fez surgir a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba Coriolano de Medeiros, oferecendo os seguintes cursos, marcenaria, serralheria, alfaiataria, sapataria e encadernação. Alcançou no primeiro ano de funcionamento um número satisfatório de alunos inscritos, um total de 134 matriculados. No entanto, pouquíssimos jovens conseguiam obter o diploma.

Em 15 de fevereiro de 1941 a congregação do Sagrado Coração, composta por padres holandeses em parceria com o governo estadual, fundava a Escola Profissional João Pessoa no município de Mamanguape, destinada a meninos delinquentes e abandonados, com os seguintes cursos: sapateiro, serralheiro, carpinteiro, alfaiate, pedreiro, práticas de agricultura e indústria rural. Com a Lei Federal nº 3.552 de 16 de fevereiro de 1959 foi garantida maior autonomia às escolas de ensino industrial credenciadas ao Ministério da Educação e Cultura criando conselho próprio de representação, possibilitando, em grande medida, a criação de novas escolas, como a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba em Campina Grande, e que mais tarde se tornaria O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, e a Escola Profissional Operária Nilo Peçanha, em homenagem ao presidente da república conhecido como “o fundador do ensino profissional de oficial” no Brasil.

As diversas mudanças nas relações de trabalho e no modo de produção durante o século XX atingiram os setores econômicos de todas as regiões, inclusive as mais afastadas dos centros industriais do país. Alguns esforços na tentativa de atenuar as mudanças por que passava o modelo produtivo brasileiro foram percebidas na constituinte de 1937, que apresentou novas possibilidades para promover a profissionalização de trabalhadores, dentre as quais a obrigatoriedade do ensino técnico nas instituições escolares voltadas especificamente à aprendizagem profissional, segundo as necessidades desse novo modelo industrial.

Com o desenvolvimento da indústria na Paraíba, bastante acentuado na primeira metade do século XX, setores produtivos como engenhos, curtumes e tecelagem tiveram expressivo crescimento econômico, a partir da incorporação de novas tecnologias trazidas pelas indústrias de grande porte recém-instaladas na Paraíba, advindas da região sudeste do país. Encontrou no setor têxtil de Campina Grande um terreno fértil para o desenvolvimento industrial, favorecida pela produção local de algodão, que já em 1907 se destacava na produção nacional.

Neste cenário, a Paraíba entrava à década de 1950 com um campo industrial relativamente bem estabelecido, e grande parte dessas empresas estava situada no município de Campina Grande, com concentração industrial superior a capital. A tenra idade da indústria em Campina Grande, segundo o economista Luiz Gonzaga de Souza, foi, em grande medida, uma extensão da industrialização do restante do estado:

Com isto, surgiram às primeiras fábricas em Campina Grande, como foi o caso das fábricas de beneficiamento de algodão e de sisal. Com o advento do setor de transformação surgiram a SAMBRA, a ADERSON CLYTON e a MARQUES DE ALMEIDA e poucas outras empresas que tinham a finalidade de beneficiar produtos da terra para o uso doméstico e até mesmo

exportar. Foi desta forma que apareceu a Indústria Têxtil em Campina Grande. (Memorial da FIEP apud SOUZA, 2009, p. 25).

Esse desenvolvimento acabou atraindo para a Campina Grande, diversas indústrias que entre as décadas de 1950 e 1960 compunha o maior pólo industrial do interior do nordeste. Assim como ocorrera no processo industrial do Brasil – logicamente guardando suas devidas proporções – Campina Grande também passava pela mesma precariedade em sua mão-de-obra no tocante a qualificação profissional e na própria formação escolar básica.

O caso de Campina era peculiar: uma cidade pequena no interior do nordeste, localizada em um dos menores estados da Federação, tinha uma unidade da Escola SENAI e posteriormente sediaria a casa da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. Não seria espantoso, pois cidadezinhas do nordeste já haviam instado Escolas SENAI, como é o caso de Cedro, no Ceará, ou Palmares, em Pernambuco. Porém, os métodos técnicos do Sistema “S” de ensino das regiões mais industrializadas consideravam desnecessário o investimento na educação profissional em estados com pouco desenvolvimento industrial.

Por certo, os técnicos, principalmente nos Estados industrializados – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e, no Grande Norte do país, o Estado de Pernambuco – haveriam de chegar à conclusão de que não deveria haver Escolas do SENAI nos Estados do Norte e Nordeste e Centro-Oeste onde não havia real demanda de mão-de-obra qualificada. (LOPES, 2004, p.50)

No entanto, o fato é que essas escolas existiam não somente na metrópole Recife, mas adentrando o interior, contrariando os críticos ligados ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI. Singularmente, Campina Grande não era a capital e muito menos uma cidade grande, todavia, possuía um parque industrial muito bem desenvolvido e com maior intensidade na industrialização executada no governo de Juscelino Kubitschek na década de 1950. Grandes e modernas indústrias se instalaram na cidade, ampliando ainda mais o processo de industrialização local e, de modo geral, da paraibana. Com o estabelecimento de novas indústrias, a demanda por mão-de-obra qualificada, aumentou o problema da qualificação do trabalhador, sendo este só resolvido gradativamente com a chegada do SENAI.

Diante da crescente expansão industrial e da falta de operários capacitados para assumirem as linhas de produção, os administradores públicos pensaram políticas no intuito de desenvolver o ensino profissional na Paraíba e mais notadamente em Campina Grande, ponto central desta análise, que visivelmente alcançou a década de 1970 com uma rede de ensino melhor estabelecida que os anos anteriores.

A rede de ensino do 2º Grau, no município de Campina Grande em 1975, se constituía de 10 Unidades Escolares, das quais duas pertencentes à Rede Estadual e 8 à rede Particular.

O número de matrícula, no mesmo ano atingiu 6.286 alunos dos quais 3.277 pertencentes à Rede Estadual e 3.009 à Rede Particular.

Quanto à implantação da reforma, nos termos da Lei 5.692, nove (9) Estabelecimentos estão oferecendo o Ensino Profissional nos setores Primários, Secundários e Terciários da Economia. Para atender às necessidades do mercado de trabalho Local e Regional, estão sendo oferecidas as Habilitações, Eletrônica, Química, Análise Clínica, Análise química, Secretariado, Administração, Enfermagem e Magistério.⁹

A formação de contingente para o trabalho industrial concentrou-se em grande medida nas instituições do SENAI espalhados pelo Brasil – que desta forma respondeu rapidamente através de cursos de emergências de curta duração – sobressaindo-se a frente das escolas que ofereciam o ensino regular, não diferindo da realidade campinense:

Em Campina Grande, vale salientar a importância do Serviço de Aprendizagem Industrial que, por seu Departamento Regional mantém de Ensino Regular de 1º Grau, No que se refere ao Ensino Profissional, o SENAI vem contribuindo de forma acentuada para formação de Mão de Obra qualificada através de cursos ministrados a menores Aprendizes e trabalhadores adultos (...).¹⁰

Todavia para que isso fosse possível, o Departamento Regional do SENAI Nacional em 1949, através da resolução nº 27 de 10 de novembro de mesmo ano, sob a gestão da Federação Nacional da Indústria do Estado da Paraíba, fez a instalação em Campina Grande de sua sede. Seguindo as recomendações do decreto nº 4.048, assinado ainda em 22 de janeiro de 1942 pelo presidente da República Getúlio Vargas e pelo ministro da Saúde e Educação, Gustavo Capanema, sob o qual, autorizava ao SENAI "organizar e administrar, em todo país, escolas de aprendizagem para indústria", conforme o artigo 2º do mesmo decreto. Porém, decorridos dez anos é que se institucionalizou a escola de aprendizes em Campina Grande em meio a um cenário de bastante desemprego no Brasil, em decorrência da falta de mão-de-obra qualificada para o trabalho industrial.

No dia 15 de Julho de 1950 iniciam-se as atividades escolares e entre 1953 até 1962 funcionou com o formato de internato na intenção de acolher estudantes que vinham de outras cidades da Paraíba. A oferta de cursos oferecidos na escola SENAI atendia aos setores primários e secundários, segundo memorial da FIEP (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba), tais como "as áreas de mobiliário, mecânica e manutenção de veículos automotores" (Memorial da FIEP, 2009). Durante a década de 1970 veio oferecer o curso regular de 1º

⁹SENAI informes gerais sobre Campina Grande: apresentado pelo prefeito de Campina Grande Professor Evaldo Cavalcante Cruz, por ocasião da visita dos estagiários da Escola Superior de Guerra no dia 20 de agosto de 1976.

¹⁰Idem.

Grau, em dois turnos – pela manhã o ensino primário, e a tarde o ensino profissional – e, posteriormente dedicou-se ao ensino profissionalizante.

A partir da mudança que definia a quem recairia a incumbência de promover a educação profissional, é que a escola SENAI se desenvolveu em Campina Grande, tornando-se ponto estratégico, convergindo com o processo industrial paraibano. Esse lugar da educação dos jovens a partir dos 14 anos, introduzindo-os em funções técnicas da indústria, tais como a mecânica, elétrica, marcenaria e setores administrativos abrangendo aí, inclusive, o comércio, recaiu exclusivamente ao SENAI, contribuindo para tornar Campina Grande um redutono tocante a formação profissional.

Outra característica do SENAI centrou-se nos serviços mais complexos necessários ao bom funcionamento industrial dificilmente encontrado nos estados do nordeste, sendo importada de São Paulo ou de fora do país, encarecendo muito o incremento das indústrias locais, tornando inviável principalmente a existência de indústrias produtoras de matéria prima para os outros ramos industriais, como as que fabricavam matrizes (aço, beneficiamento de algodão ou couro). O SENAI recebeu a responsabilidade de fornecer estes serviços para a indústria da região.

O SENAI, a partir da direção do professor Stênio Lopes, passou a atender melhor a comunidade ao qual a escola fazia parte, prestando serviços úteis indispensáveis a uma fluência desejada da produção industrial, como também a setores adjacentes como comércio, educação, construção civil e até jurídico. Essa postura assumida pela Escola SENAI em muito se deve a maneira administrativa do diretor Stênio Lopes que assumiu a direção da escola em 1957. Para ele, “Mas havia também uma possibilidade ao nosso alcance: de utilizar as nossas oficinas escolares para prestarem bons serviços à comunidade.” (LOPES, 2004, p. 66-67)

Nessa época o SENAI contava com uma estrutura física, disposta de oficinas de aprendizagem nos cursos de ajustagem mecânica, tornearia mecânica, mecânica de motores de automóveis, marcenaria para as aulas preparatórias complementares. Existiam ainda as instalações onde funcionava o internato no outro bloco estava a administração da escola. Embora todo esse aparato pareça muito, se tornou obsoleto diante das modernas recém-instaladas indústrias em Campina. Não obstante, o SENAI fez uso do que tinham para atender as demandas dos serviços contratados pela comunidade, formados pelas indústrias, os alunos, a sociedade é o comércio.

1.2 José Stênio Lopes: um professor é algo mais

A atuação da Escola SENAI em Campina Grande confunde-se com a atuação do professor José Stênio de Lucena Lopes e seu legado a esta instituição, empenhando-se em

fazer o resgate da imagem institucional da escola. Dessa maneira, qualquer tentativa de analisar o processo de mudança ocorrido no final dos anos de 1950 e começo de 1960 seria vã, devida sua personalidade encontrar-se intrínseca a ela.

Cearense da cidade de Pacoti, concluiu o ensino primário no povoado do Bananal no próprio município, e o ensino secundário no colégio do Caraça, em Minas Gerais. Conseguiu cursar o ensino superior completo na Faculdade Católica de Filosofia no estado do Ceará, no curso de Letras Clássicas. Tinha especialização na École Normale Nationale d'Apprentissage, em Paris. Casou-se com Dona Leda e com ela tiveram sete filhos. Exerceu diversas funções públicas dentre as quais foi o Delegado Regional do Ensino, órgão vinculado à Secretaria de Educação e Culturado Crato-CE. Foi professor de francês e português, atuou como jornalista nos jornais “Utilitário” e “Gazeta de Notícias” dos Diários Associados. Foi um dos fundadores do SENAI no Estado do Ceará, exercendo durante dez anos o cargo de chefe da seção de ensino na Diretoria Regional. Nomeado em 1953 diretor da Escola de Aprendizagem do SENAI e diretor regional do órgão, em Belém-PA.

Em Campina Grande, sua chegada foi no final de 1956 se deu pelo motivo de ter sido transferido do SENAI de Alagoas para assumir em Campina o cargo de diretor da Escola SENAI. Assinava uma coluna diária no Jornal Diário da Borborema intitulada “Rosa dos Ventos”, sendo muitas vezes usada por ele para veicular notícia relacionada ao SENAI, colaborando também com o Jornal da Paraíba. Foi professor universitário da Escola Politécnica, hoje vinculada a Universidade Federal de Campina Grande. Em 1957 assumiu a direção da escola de Aprendizagem e do Departamento Regional do SENAI no Estado da Paraíba, permanecendo até 1987.

Durante a administração do prefeito Pedro Gondim foi criado o Conselho Estadual de Educação, tendo como membro o professor Stênio Lopes e mais tarde, em 1964, exerceu o cargo de secretário de Educação e Cultura de Campina Grande nas gestões dos prefeitos Newton Rique e João Jerônimo da Costa, rendendo-lhe diversas comendas e reconhecimentos, sendo o de maior importância o título de cidadão campinense e paraibano.

Com uma vasta produção literária, em 1987 ingressa na Academia Campinense de Letras e assume a cadeira nº 17, que pertencia a Ernani Sátiro, advogado em Campina Grande, Patos e João Pessoa. Tendo como patrono o historiador, político, professor e advogado Manoel Tavares Cavalcante, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Dentre suas obras mais conhecidas estão:

A publicação literária de Stênio Lopes teve início com a publicação do Roteiro de Eça de Queiroz, por ocasião do centenário de nascimento do romancista português (1945). Publicou ainda quando residia em Fortaleza-

CE: *Escola rural e Rio do esquecimento – uma viagem no Rio Amazonas*. Em Campina Grande, publicou as seguintes obras: *Velha fazenda, velhos costumes* (1982); *Uma saga da criatividade brasileira* (1982); *Um fósforo na escuridão coletou* de artigos publicados em jornais (1987); *Campina Grande: Luzes e sombras* (1989); *SENAI 50 anos* (1992); *Escola Politécnica de Campina Grande – uma experiência de desenvolvimento tecnológico em Campina Grande* (2002). (TARGINO, 2010, p. 41).

Outra obra importante do professor Lopes foi “Uma escola e algo a mais” de (2004) na qual retrata suas memórias vividas junto a Escola SENAI, sendo esta aquela que relata um pouco da sua trajetória profissional, sobretudo em Campina Grande. Esta obra recebe importante destaque neste trabalho, pois apresenta minuciosamente o processo de mudança do SENAI-CG nas décadas de 1950 e 1960, recorte temporal do objeto de pesquisa desta produção. É pela influência do diretor Stênio Lopes que a metamorfose institucional do SENAI se desenvolve, resgatando uma imagem projetada desde o princípio da sua criação em 1942. Sendo de fato uma personagem marcante a história campinense e importante para a história da educação profissional local, não obstante a essa afirmação, além do legado construído com muito trabalho seu nome foi emprestado a Escola de Aprendizagem Industrial-SENAI de Campina Grande, marcando-a ainda hoje.

CAPITULO II:

Parecer é perecer: o diagnóstico da imagem institucional da Escola SENAI de Campina Grande (1957)

2.1 O perfil patronal agrícola pede urgência de mudança no SENAI Campina Grande.

Desde a inauguração em 1950 a escola SENAI-CG não conseguiu incorporar o verdadeiro espírito ou propósito ao qual a instituição houvera sido criada, cuja principal finalidade era preparar a mão de obra industrial, tornando-a apta a lidar diretamente com tecnologias sofisticadas, maquinário autônomo, mecânica desenvolvida.

A incipiente indústria existente em Campina Grande até meados do século XX foi praticamente sucumbida pelo surto da industrialização do período no Brasil. Indústrias cada vez mais modernas foram se instalando e paulatinamente modernizando o arcabouço industrial da cidade, ocupando áreas e espaços outrora pertencentes às fabriquetas de quintal ou fábricas de pequeno porte com poucas tecnologias que exigiam, em partes, menos capacitação de seus operários.

Enquanto ocorria a modernização pujante do campo industrial campinense, o SENAI aqui instalado chegava à década de 1960 com características bem distintas das outras unidades espalhadas pelo Brasil. As sutis distinções criaram certas disparidades e distanciamento com relação ao papel fundante da escola, para melhor dizer, da sua própria missão enquanto instituição de ensino profissionalizante. Pois, se considerarmos que seu papel na formação de profissionais era de atuar recebendo os operários já empregados, capacitando-os e em seguida reintroduzi-los na indústria, no comércio e na construção civil, dada responsabilidade passou a ser irreconhecível na prática.

A primeira impressão que se tinha da escola SENAI na Paraíba era de uma pequena fazenda, um lugar rural que contrastava com o cotidiano urbano e moderno aspirado por Campina Grande, que nesse período comportava peculiaridades dicotômicas. Inclusive em seu ritmo de vida, que oscilava entre o rural/urbano, o industrial/agrário, o moderno/tradicional. No entanto, despontou na década de 1950 como uma das únicas cidades do interior nordestino a estabelecer um parque industrial desenvolvido.

Segundo o professor Stênio Lopes, estas adaptações foram fundamentais para a consolidação do SENAI na cidade na época de sua inauguração, porém pouco construtiva para a imagem institucional da escola, dando início a uma reação inversa, declinando no conceito da população, sobretudo da elite campinense, e provocando estranheza de quem conhecera outras unidades do SENAI em estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Essa foi à

impressão que o professor Stênio Lopes teve ao se deparar com a realidade da escola, quando assumiu em 1957. Percebeu a descaracterização total da instituição e o quanto havia se afastado de sua identidade original durante as gestões anteriores.

Tinha diante de mim uma escola bastante diferente das que eu conhecia e com as quais lidará. O professor Amaro Salvatore Simoni tinha feito de uma escola de Aprendizagem Industrial uma instituição educacional bastante ampla que havia incorporado um certo ar de patronato agrícola. (LOPES, 2004, p. 19)

Ao investir no cargo de diretor da escola, Stênio Lopes percebeu que os seus dois antecessores, o professor Amaro Salvatore e o Dr. Eloy do Prado Brandão, haviam transformado a instituição SENAI-CG numa propriedade agrícola, sob o argumento da necessidade de produzir na escola o alimento dos alunos ou o complemento do seu sustento.

A mentalidade arraigada ao longo de quase uma década dominava a interpretação do presidente da Federação e do Conselho Regional do SENAI, o gerente da empresa SAMBRA, o senhor Francisco Alves Pereira, em uma determinada ocasião, replicou ao professor Stênio Lopes defendendo a criação de animais na escola para ajudar nos mantimentos de consumo dos alunos, dizendo: “– ‘Nós não queremos ser incoerentes, professor. Um seu antecessor nos demonstrou que era mais econômico e melhor para o SENAI comprar as vacas para o leite dos alunos. Agora o senhor mostra quadros e números que indicam o contrário. E por isso pede permissão para vender as vacas” (Ibid., P. 21)

Nesta reunião em seu escritório às margens do Açude Velho – hoje localizado onde está o supermercado Hiper Bompreço – discutiram as vantagens e desvantagens em manter o cultivo agrícola, bem como a criação de animais na escola. Defendeu seguramente as instalações do modo como estavam: uma estrutura onde funcionavam as oficinas para as atividades práticas, o cultivo de hortaliças em um terreno entre o prédio do internato e o muro que beirava à rua. Além disso, o primeiro diretor da escola o professor Simoni, havia comprado um terreno em frente à escola, instalando nele: “uma pequena vacaria, uma pocilga, uma criação de patos, uma horta um apiário. No final do bloco das oficinas havia um capinzal e criação de coelhos” (Ibid., p. 20).

O segundo diretor, o Dr. Elói, manteve as instalações agrícolas que o seu antecessor havia implantado. Era um pequeno sítio que durante os anos de 1950, foi agregando a estrutura física do SENAI-CG características de escola agrícola, distanciando-se do perfil industrial projetado para o SENAI nacional. Além disso, industriais de porte médio foram se instalando em Campina, modificando a dinâmica das contratações e novas exigências foram feitas ao método de ensino para formação dos operários. A postura acomodada do SENAI aliada às

novas exigências das empresas industriais se colocaram como os principais desafios enfrentados pelo Dr. Elói durante sua administração. Frente a esses problemas a direção da Escola SENAI-CG, procurava acomodar-se a uma lógica inversa, marcada pela transição “Brasil rural para o Brasil urbano”, desencadeando novas relações sociais. Como a grande leva de pessoas deixando o campo à procura de oportunidades melhores de vida, guiados pela propaganda do Governo Federal, colocando a cidade como reduto do desenvolvimento industrial do país.

Assim pode-se pensar que, entre 1930 e 1960, em termos demográficos, o Brasil passou por dois grandes movimentos que se interceptam e têm impactos geopolíticos, econômicos, sociais e culturais gigantescos. Um deles é o avanço do processo de urbanização, dessa feita combinado ao de industrialização, que deslocou cada vez mais a população do campo para as cidades do sul, especialmente para o novo pólo de atração: São Paulo. (GOMES, 2013, p.58)

A justificativa para manter numa Escola de Aprendizagem Industrial elementos que a caracterizava como uma escola agrícola fundamentava-se no seguinte argumento: o que era produzido servia ao consumo dos alunos internos - o leite das vacas, as frutas e legumes reforçavam o cardápio. Dessa forma, diminuía gastos excedentes com a alimentação, mantendo o orçamento controlado, pois já era escasso proveniente das industriais locais.

Essas adaptações feitas na escola, somadas ao desinteresse dos jovens de Campina Grande, foram determinando o tipo de aluno SENAI: de perfil exclusivo e selecionado os jovens da zona rural e cidades circunvizinhas, passaram a ocupar, doravante, as vagas nos cursos técnicos. Indivíduos desprovidos da educação básica, desassistido de base familiar investiam seu futuro na cidade grande e nelas a rica oportunidade de estudar no SENAI. A falta de educação se dava primeiramente pela escassez no número de escolas, segundo o velho desinteresse do poder público em desenvolver a educação na Paraíba. Sendo assim, por esse caminho trilham muitos jovens paraibanos apostando o destino de um futuro promissor se conseguissem acessar a Escola SENAI.

Estas alterações não foram apenas na escolha de quem iriam ocupar as vagas dos cursos, mas implicaram, antes, em mudanças na própria estrutura da escola, visando um melhor acolhimento desse novo público e aproximando ao máximo o ambiente escolar da realidade ao quais esses jovens viviam. Portanto, nesse contexto, fazia sentido manter o internato diante da condição inviável do retorno dos jovens diariamente às suas casas. Também a manutenção de cultivos de hortaliças, legumes ou a criação de animais ajudava no próprio sustento desses indivíduos, e, em grande medida, naturalizava o ambiente, tornando-se menos estranho, atenuando os problemas psicológicos causados pela saudade de casa e dos

pais. Tais dificuldades impediam um melhor desempenho dos jovens vindos de lugares longínquos, canalizando suas expectativas na Escola de Aprendizagem Industrial.

De acordo com os registros do SENAI-CG em livros de atas (1992) em pesquisa realizada por Antônio D'Ávila foi possível traçar o perfil desses indivíduos que procuravam o SENAI na época: eles sofriam sem a assistência dos pais; muitos deles não tinham onde morar ou o que comer; eram desprovidos de uma boa educação escolar; desde muito cedo tinham que trabalhar para sobreviver; e as melhores ofertas de empregos estavam na cidade grande, geralmente distantes do seu lar de origem. Todavia, não sabiam trabalhar em fábricas modernas cada vez mais automatizadas, cujo primeiro contato assustava muitos deles, recém-chegados da zona rural, para um universo estranho.

Na concepção dos que formularam, no ano de 1944, o plano de construção de Escolas do SENAI, em alguns estados a Escola a ser construída deveria contar com um internato. (...) O caso da Paraíba era exemplar. Campina Grande não era a capital do Estado, mas concentrava maior número de estabelecimentos industriais. Ai seria construído a escola, porem com internato para poder atender à demanda de aprendizagem industrial por parte de empresas localizadas em João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, como no Sertão, em Patos, Souza e Cajazeiras e outras cidades. (LOPES, 2004, pp. 32-33)

Diante disso, os primeiros diretores do SENAI-CG pensaram essas modificações, transformando a Escola, trazendo embora que em partes, um pouco do cotidiano rural comum aos jovens que ingressavam para estudar, com isso, naturalizava o ambiente onde eles iriam morar. Assim manter em funcionamento o internato ajudou na adaptação dos jovens vindos de uma realidade tipicamente agrícola para o universo industrial geralmente urbano.

(...) Os alunos internos, entre os anos 1950 e 1960, menores em sua maior parte entre os 14 e 16 anos de idade, provinham de sítios, fazendas, vilas, pequenas cidades do interior da Paraíba. Sua procedência rural encontrava na Escola SENAI de Campina Grande um ambiente conhecido e que não lhes causava choque cultural. (Ibid., p. 19)

O questionamento levantado pelo professor Stênio Lopes ao chegar ao SENAI-CG, foi o de que seu funcionamento parecia eficiente, parecia cumprir seu compromisso de profissionalizar mão de obra industrial e encaminhá-la para os postos de trabalho que exigiam dos operários uma formação mais técnica e melhor elaborada. No entanto, na sua percepção, a escola apenas parecia, mas não era de fato uma instituição padronizada com as unidades nacionais. Estava na verdade em decadência, sobretudo na sua função principal que era a formação técnica dos alunos, onde em grande medida era a referência direta na construção da imagem conceitual, seja ela fragilizada ou confiável tanto para os empresários quanto a comunidade de um modo geral. Se por um lado, manter essas características ajudou os jovens

a se adaptarem, custou a Escola SENAI o distanciamento acentuado da imagem institucional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

(...) a distribuição dos espaços seguia ali o padrão de uma república federativa: os quartos correspondiam a municípios; um conjunto de quartos num pavilhão, a estados; é um conjunto de pavilhões da escola, à federação. Cada espaço desses possuía seus chefes, sendo ainda organizado um conselho de ministros. A instituição contava com ensino primário, Aprendizagem agrícola e oficinas profissionalizantes. (VEIGA, 2007, p. 251)

Todavia, não se podem ignorar os aspectos socioculturais quando se pensa a unidade de características funcionais em instituições escolares espalhadas por lugares distintos e longínquos uma das outras, quando entram em contato com uma determinada região adapta-se a realidade local e indubitavelmente esses padrões não se sustentam à medida que acontecem as interações sociais. Assim foi o caso do SENAI na Paraíba, especificamente em Campina Grande.

O SENAI-CG não estava conseguindo conectar a formação dos jovens aprendizes a uma realidade mais coerente que aliasse teoria e prática dentro de um mesmo espaço, criando noções práticas do universo fabril, construindo experiências com o maquinário propício e simulando o cotidiano produtivo das grandes fábricas, Assim, fazendo os jovens deslumbrarem o novo, adaptando-se as novas funções seria possível apresentar a sociedade um novo produto e também uma nova imagem da escola, para não padecer na sua singela insignificância, segundo Lopes.

Assim, essas alterações interferiram no modo como o SENAI oferecia seus serviços. O intuito era adequar-se à realidade paraibana, principalmente no precário campo educacional desassistido pelos representantes políticos, o que fazia da Escola SENAI uma ótima oportunidade para muitos jovens que não tiveram oportunidade de estudar. É provável, que o Diretório Geral (DG) e a Federação Nacional das Indústrias (FNI) quando criou o SENAI, previam torná-lo uma instituição padrão no tocante a formação profissional. Então, seria imprescindível que todas as unidades oferecessem os mesmos cursos com a mesma qualidade, atingindo um determinado público de perfis relativamente idênticos em todas as regiões, construindo, assim, uma identidade referencial na formação profissional dos jovens.

A adaptação percebida no seio institucional do SENAI em Campina Grande o fez distinguível das outras unidades. Em primeiro lugar, é preciso considerar como era vista e como foi recepcionado o SENAI enquanto instituição pela sociedade campinense e, a partir disso, compreender como foi se constituindo essa imagem identitária peculiar que adistanciava pouco a pouco de uma marca já consolidada no sudeste do país. Essa visão, em grande medida negativa e desacreditada, trouxe prejuízos ao processo de consolidação da

imagem dessa instituição, pois veio a distorcer a função principal do SENAI, cuja incumbência era a de criar uma base operacional forte para a indústria. No entanto, tomou rumo diferente agregando a sua imagem restrições que limitava seu campo de atuação, servindo exclusivamente a prestação de serviços social, pois a sociedade campinense entendia como lugar de acolhimento para menores desvalidos socialmente.

Essa foi uma visão estereotipada construída na época, permeada pela desconfiança por parte da população ao serviço prestado por uma instituição recente na modalidade do ensino profissionalizante. Diante da escassa oferta de jovens indicados pelas empresas, a grande procura seria maior por parte daqueles desassistidos pela educação básica de boa qualidade ou os que migravam do campo em busca de melhores condições de vida, havendo pouco caso dos jovens da elite campinense. Esse olhar da sociedade influenciou diretamente as empresas responsáveis pelo funcionamento da escola, que, por sua vez, reagiram receosas de enviarem seus funcionários ou fazer as indicações dos filhos destes para as vagas dos cursos oferecidos, muito por conta dessa representação negativa que tinha o SENAI, considerado um lugar de oportunidades aos desvalidos da sociedade ou de ressocialização para jovens perturbadores do convívio social.

Entretanto, percebe-se que essa imagem foi sendo constituída a partir das próprias mudanças causadas na instituição, que não apenas a fez distanciar-se da imagem arquitetada no projeto original, como criou uma imagem distorcida da sua real finalidade. As primeiras metamorfoses sofridas pelo SENAI-CG foram no sentido de tentar adaptar a realidade da Paraíba, e singularmente de Campina Grande, aproximando-as das características locais, estigmatizando a escola com signos rurais, contrastada com ambiente industrial.

2.2 A Metamorfose identitária é construída de dentro para fora

Frente à necessidade de ajustes na Escola SENAI, o caminho foi imprimir à sua imagem um resgate da identidade original da Escola. Para isso, o professor Lopes idealizou um projeto de mudança que colocasse de vez a Escola de Aprendiz no rol das grandes instituições escolares paraibanas, buscando atenuar as mudanças estruturais feitas nos primeiros anos, e que atingiram diretamente o processo ensino-aprendizagem. Para ele, tais modificações foram declinantes, tendo construído no imaginário popular uma impressão negativa, responsável por atrofiar o crescimento da escola. Contudo, negativas não no sentido da escola ter acolhido jovens pobres da zona rural ou da cidade, mas por alterar o sistema funcional da instituição, comprometendo sua própria sobrevivência no mercado.

Mas havia ainda, apenas perceptível, no seio da população, o preconceito de que uma Escola SENAI era para meninos pobres. Que fossem pobres, isso não nos desagradava. Mas havia, era o preconceito maior contra os pobres. (LOPES, 2004, p.39)

O preconceito contra os pobres desvalidos, ao qual o professor chama atenção, estava associado à má formação educacional dos jovens, vistos nesse sentido mais como incapazes de atuarem em determinadas funções que exigissem um esforço intelectual, do que pela condição de pobreza que muitos tinham: “(...) pode-se garantir que se um operário analfabeto é bom, melhor seria êle se fosse alfabetizado. As empresas não podem alhear-se ao problema da educação fundamental do povo, em seu povo, em seu próprio interesse”. (Jornal Diário da Borborema, edição 16 de janeiro de 1960). A intervenção pensada pelo professor Lopes buscava mudar primeiramente a impressão negativa dos industriais paraibanos, e, em seguida, o imaginário da sociedade campinense que imprimia o mesmo preconceito ao pobre.

Porém, geralmente o analfabetismo estava muito mais presente nas camadas populares, conseqüentemente, atrelado aos pobres, sem acesso aos direitos básicos de cidadania. O declínio maior da Escola SENAI, para Lopes, foi ter modificado o perfil da sua clientela em função da realidade paraibana, se voltando intensamente a uma causa social e menos a quem de fato lhe interessava as indústrias. Com isso, a classe empresarial industrial passou a descredenciar os aprendizes do SENAI, ao tempo em que era alimentado pelo preconceito inculcado na mentalidade das pessoas.

A fala do professor Stênio Lopes permite entender que havia certa resistência por parte das famílias mais abastadas em ingressar seus filhos na Escola SENAI por ser um lugar que acolhia pessoas na linha da pobreza e em risco social. Esse preconceito contra os alunos foi associado posteriormente à própria instituição escolar, sob o pretexto, de que este se tratava de um estabelecimento voltado a ressocialização de jovens delinquentes trabalhadores para famílias, e não para o ensino de indivíduos dito “normais”, bem vistos na sociedade. Portanto, o discurso de não querer estar no mesmo lugar onde os delinquentes estavam, parecia um motivo aceitável naquela sociedade, sendo canalizado para Escola SENAI de Campina Grande.

Talvez a própria criação do ensino técnico profissional coubesse esta interpretação, transparecendo para muitos que, por trás do seu papel na formação de jovens para o mercado de trabalho, havia intenções pouco nítidas, mas que pretendia manter o controle social de modo a definir quem seriam os atores sociais que assumiriam postos de trabalho na base produtiva, nas funções técnicas, na formação superior e no comando patronal, delineando acentuadamente as fronteiras das classes sociais.

Contudo, essa camuflagem é identificada desde a criação do sistema “S” de ensino, voltado à educação profissional, assumindo a responsabilidade de profissionalizar os filhos de operários das fábricas tão logo estes concluíssem o ensino primário, atendendo a uma demanda de jovens que careciam de imediato trabalhar para ajudar no sustento da família. Se porventura esse jovem quisesse ingressar na universidade, teria que voltar a concluir o segundo grau para ter acesso ao vestibular.

Para muitos, um caminho bastante longo e dificultoso, haja vista a sua condição no momento era a de ser um trabalhador que dispunha de pouco tempo para destinar aos estudos. Percebe-se a persistência da velha dualidade: a função do ensino profissionalizante restringia somente a preparação do indivíduo para o trabalho ou para formação cidadã? A relevância dessa questão permeia a história do ensino profissionalizante dentro do contexto da história da educação e ao mesmo tempo, envolve de sutilezas o SENAI enquanto instituição escolar até os dias de hoje.

A partir deste diagnóstico, o passo seguinte foi começar articular mudança na maneira como o SENAI atuaria para reverter à situação decadente que se encontrava, buscando reconhecimento pela qualidade dos serviços prestados de maneira coerente ao padrão nacional, contribuindo para o desenvolvimento industrial não apenas de Campina Grande, mas, do Brasil. Para tanto, a execução do projeto partiria da seguinte premissa: “(...) Primeiro, imprimir uma mentalidade de inteira dedicação da Escola às atividades da educação e formação profissional para as Indústrias. (...)” (LOPES, 2004, P. 20)

O primeiro ponto a ser trabalhado seria mudar a estrutura da escola para oferecer uma melhor educação para os alunos, levando em consideração a relação teoria e prática no desenvolvimento da aprendizagem, e para isso os recursos financeiros seriam um fator primordial. O segundo dizia respeito à elevação da autoestima dos jovens aprendizes com relação ao seu potencial diante as dificuldades da realidade de cada um. No entanto, havia a existência de dois empecilhos considerados vilões ao projeto metamórfico arquitetado pelo professor Stênio Lopes: a falta de verbas e a mentalidade dos alunos que se enxergavam inferiores perante outros alunos das demais escolas da cidade.

Sabidamente Lopes encontrou uma linha tênue entre o que tinha disponível a sua realidade e a vontade de mostrar à sociedade campinense a capacidade intelectual dos alunos. Esse meio termo se estabeleceu no discurso de uma nova imagem, na verdade, no resgate identitária institucional da escola, ou seja, uma novidade diante dos estereótipos construídos pela sociedade campinense. Embora já existente na constituição do SENAI nacional, afirmava o professor: “tínhamos que provar que aqueles alunos pobres do SENAI eram tão bons, tão inteligentes, tão estimáveis quanto quaisquer alunos dos melhores colégios da cidade.” (Ibid.,

P. 39). Isso já estava presente na missão do projeto de ensino profissionalizante do SENAI Nacional.

O resgate da imagem institucional aconteceria no processo inverso ao que estava se definindo a quase uma década, ao qual se passava uma aparência não condizente com a realidade, distorcendo o papel representativo da escola para a sociedade paraibana. Sua atuação se dava no acolhimento de jovens pobres provenientes de diversas regiões, grande parte deles sem oportunidade aos estudos e, conseqüentemente, a um emprego melhor, cuja expectativa reconhecia no SENAI uma via de acesso para uma carreira profissional promissora.

Entretanto, prestar serviços à comunidade era papel dos Estados e dos municípios, menos da Escola SENAI, pois seus serviços restritamente eram direcionados as indústrias mantenedoras do Serviço Nacional de Aprendizagem.

(...) A Escola SENAI em Campina Grande é mantida em cerca de um terço de suas verbas pela a contribuição das indústrias da Paraíba; os outros dois terços são ajuda do Departamento Nacional da entidade que recolhe certa percentagem dos recursos das indústrias dos grandes estados, sobretudo São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais.(...) EVIDENTEMENTE, se um industrial do Estado apresenta candidato seu para matrículas tão vantajosas no SENAI de Campina Grande, entende-se que ele ente necessidade de ter no número de seus empregados um jovem com o curso realizado segundo os melhores métodos tecnológicos (...)¹¹

Fazendo uso desse discurso, o professor Stênio Lopes planejou mudanças que se configuraram como metamorfose no interior da própria instituição, transformando a estrutura física, o método de ensino e o perfil dos alunos para, a partir disso, criar uma nova imagem institucional, melhorando sua aceitação diante da sociedade, despertando nos empresários o interesse de enviar seus aprendizes para ingressar em algum curso.

Qualquer industrial do Estado, seja de João Pessoa, seja da mais modesta cidade paraibana, pode enviar ao SENAI de Campina Grande um menor para ser treinado nos ofícios ensinados na escola. (...) O industrial não paga absolutamente nada para seu candidato ser matriculado na Escola e aí permanecer durante um ou dois anos (...) aprendendo o ofício que o industrial deseja¹²

O motivo desse discurso apelativo do professor Lopes, direcionado aos empresários, justifica-se pelo fato de que os recursos provenientes das indústrias era a principal renda que a escola recebia para se manter. E o vínculo garantidor dessa arrecadação era a formação da mão-de-obra que o SENAI qualificava, logo, era impensável romper esta aliança. Neste caso,

¹¹Jornal Diário da Borborema, 14 de janeiro de 1960.

¹²Ibid.,

obrigatoriamente as vagas do internato ficavam reservadas aos jovens indicados pelos industriais.

ENTENDE-SE que os recursos de nossa Escola visam a preparar, em tempo rápido e com carácter monotécnico, operários que destinam a colocação nos estabelecimentos industriais. Importante e reter esta ideia não formamos artífices ou apenas certos tipos de operários. Quem diz artesão, entende o profissional que vai por conta própria dedicar-se a exercer um ofício de natureza industrial. O operário (objetivo do SENAI) destina-se a ser empregado num estabelecimento fabril.¹³

É imperativo observar que as mudanças arquitetadas pelo diretor Stênio Lopes passava pelo processo de construção de uma imagem pautada na própria essência do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Para assim suceder, teria que inverter sua lógica de funcionamento de acordo com pontos estratégicos internos. Assim como um processo demetamorfose ocorrido de dentro para fora, construiria de forma coerente à identidade da escola, com base na verdadeira imagem institucional do SENAI. Porém, a atuação transformadora da Escola SENAI na cidade de Campina Grande trouxe à tona a necessidade de repensar não apenas o seu papel enquanto instituição de ensino, mas provocar o olhar ingênuo de muitos para a presença equidistante de ações políticas na educação básica nesse período em destaque e sua perpetuação ao longo das décadas.

¹³Jornal Diário da Borborema, 20 de janeiro de 1960.

CAPITULO III:

Metamorfose de si:a construção identitária da escola SENAI em Campina Grande (1957 a 1960)

3.1 Etapas das mudanças ocorridas no SENAI-CG

A nova postura adotada pelo SENAI implicou em mudanças necessárias em seu conjunto estrutural. Período de difíceis adaptações para o recém-empossado diretor, que diante do interesse em resgatar a identidade institucional do SENAI teve como primeiro desafio convencer o presidente da Federação das Indústrias sobre a necessidade de eventuais reformas na escola, bem no auge das contenções de gastos. Para iniciar a reforma e a ampliação, alguns setores tiveram de ser extintos.

A extinção dos elementos que caracterizavam o SENAI como uma escola agrícola foi à primeira medida tomada para que sua imagem fosse definitivamente substituída por outra, que conjugasse em um único lugar uma metodologia que aliasse a teoria nas salas de aula e a prática nas oficinas, formando mão de obra capacitada para trabalhar nas fábricas da cidade. Portanto, se desfazer dos animais, do cultivo das hortaliças para ganhar espaço e ampliar a estrutura foi o passo decisivo na metamorfose do SENAI-CG. No entanto, depois de muitas peijas frente ao diretório regional o plano de mudança teve seu início.

Entre pensar e realizar decorre, muitas vezes, um tempo mais ou menos longo. Eu tinha que apresentar ao presidente da Federação e do Conselho Regional do SENAI demonstrações claras de que a pequena vacaria, por exemplo, dava prejuízo ao SENAI. De fato, das 4 vacas mestiças de raça holandesa somente duas davam leite, uma com bezerro, outra com garrote, e as outras duas estavam apartadas. O SENAI tinha que comprar leite de fora para a alimentação dos alunos. Ainda por acreditar, um servente da Escola passava o tempo cuidando das vacas e de sua alimentação, com resíduo de caroço de algodão e com palma forrageira, que ele ia comprar pelos sítios. (LOPES, 2004, pp. 20-21).

Com esse jogo de argumentos, o professor Stênio Lopes foi fragilizando a estrutura agrícola enraizada da escola, apresentando as desvantagens em manter um criatório de animais tendo em vista, a necessidade em ter que comprar leite para complemento das refeições diárias e ainda ração para alimentar os animais. Ao flexibilizar a sua decisão, o professor conseguiu a aprovação para a extinção dos símbolos rurais tão presentes: “O presidente acabou concordando (...) A proposta foi aprovada: vendemos as vacas (...) os porcos. Também foi extinta a criação de abelhas e patos. Os coelhos que estavam sadios foram doados ao Hospital Reginaldo do IPASE”.(Ibid., P.22)

A princípio essas medidas pareceram insensatas, mas ao passar do tempo foram se configurando como necessárias a realização de um sistema educacional mais eficiente. Pois, com a desmontagem do pequeno sítio, ganhou espaço no terreno paralelo à escola para a construção de um campo para a prática esportiva, sobretudo o futebol e atletismo, e mais uma quadra de voleibol. Estas pequenas benfeitorias tiveram impactos enormes, mudando a percepção do SENAI na sociedade campinense que também usufruíram na prática esportiva “Os alunos do SENAI e rapazes do bairro aproveitaram bastante do campo de futebol na parte inferior e da quadra de voleibol e caixas de areias para saltos na parte superior.”(Ibid., P. 23) Desta maneira, a prática esportiva assumiu o lugar de cartão de visitas da Escola SENAI.

Dentre as modificações na estrutura física a que mais interferiu na nova postura adotada pela direção do SENAI-CG foi à extinção do internato se considerar que o perfil da escola estava diretamente ligado a existência desse espaço pela necessidade de acolhimento aos jovens vindos dos municípios distante que não podiam transladar diariamente para suas casas.

Quando cheguei a Campina Grande em 1957, verifiquei que somente uma ou outra empresa industrial da capital ou outra cidade havia pedido matrícula, não para um aprendiz contratado, porém para um filho de empregado. O internato estava lotado de rapazes de boas qualidades, em sua maioria procedentes de famílias de pequenos agricultores, comerciantes e funcionários das mais diversas regiões do Estado. (Ibid., p. 33)

Neste sentido, o SENAI assumia o lugar de abrigo e estada semanal desses jovens com alimentação e cuidados essenciais. No entanto, mais tarde foram feitas diversas modificações na estrutura física da escola dentre as quais, a extinção do internato, para que, desse início a ampliação das salas e oficinas.

Do ponto de vista do educador, era válido o internato do SENAI. Os rapazes aprendiam bons hábitos de convivência sadia, o valor da ordem e da disciplina partilhadas, os estudos e a prática do trabalho nas oficinas. Mas do ponto de vista do desenvolvimento industrial e da formação profissional, o déficit era evidente. (...) Mas o internato da Escola do SENAI em Campina Grande foi extinto. (Ibid., P. 34-35)

A melhoria na estrutura física em decorrência da desativação do internato concentrou-se em oficinas, laboratórios e salas de aula otimizadas, adaptando-as com tecnologias semelhantes aos das grandes fábricas, simulando ao máximo os lugares onde os jovens iriam trabalhar. Com isso, a proximidade entre o que estava sendo ensinado em sala e sua execução na prática em oficinas ficou próxima, tornando o aprendizado mais rápido e eficiente, profissionalizando grande parte da demanda da mão-de-obra exigida pelo mercado, devido aumento nas vagas para os cursos oferecidos. Tornos, plainas, fresa, dentre outras máquinas foram adquiridas e alocadas em um novo layout. Todavia, devido à escassez de

recursos, a ampliação foi interrompida precocemente e a construção do prédio para abrigar as oficinas teve que ser reduzida a um simples galpão, desobedecendo às belas linhas arquitetônicas do prédio antigo da escola.

Contudo, o mais interessante para o SENAI naquele momento era a ampliação dos seus espaços apresentando à sociedade campinense: uma escola grandiosa em sua marca, ampla na parte estrutural e com ares de modernidade atraindo olhares para si. Entretanto, desativar o internato obrigou ao SENAI a selecionar um novo perfil de jovens para compor seu corpo discente, isto porque passaria a receber os jovens aprendizes que fossem indicados pelas as empresas locais geralmente de Campina Grande.

Eu havia fornecido aos conselheiros farta informação sobre os custos dos alunos internos e o pequeno aproveitamento da grande maioria deles, depois de dois anos de curso, nas empresas industriais e assemelhadas (comunicações, transporte e pesca) que financiavam o sistema. (Ibid., p.35)

Entre cumprir o papel do SENAI de formar força de trabalho qualificada para as indústrias e atuar na sociedade como agente promotor da cidadania assistenciando os menos favorecidos, exigiu da instituição uma atuação maleável perante a mais um desafio gerado por todas essas mudanças. O que fazer com tantos jovens que tentavam ingressar na escola a partir desse momento, contudo, e que não tinham o perfil agora exigido? Vindos de longe esses jovens, dependiam do internato para se manter e muitas vezes não tinham nenhum vínculo empregatício com as indústrias, algo decisivo na lógica de funcionamento do Sistema de Aprendizagem Industrial. Logo, a reciprocidade empresa/escola se resumia entre um simples grau de parentesco com os operários. A questão em análise foi gerada nos primeiros anos de atuação do SENAI por meio das modificações feitas no seu projeto inicial, que, ao deparar-se com a realidade da Paraíba, e principalmente Campina Grande, não conseguiu manter-se fiel ao projeto original, tal qual planejado em 1942 com as ditas Leis Orgânicas.

O cerne destas mudanças centrou-se no entendimento do público alvo “os jovens” segundo qual o diretor Stênio Lopes defendia a exatidão do cumprimento de acordo com o que constava no Decreto-Lei nº 5.091 de 15 de dezembro de 1942, em artigo único ficando assim definido: “Para efeitos da **legislação de ensino**, considera-se aprendiz o trabalhador menor de dezoito anos e maior de quatorze anos, sujeito a formação profissional metódica do ofício em que exerça seu trabalho.” (Lopes, 1982, P. 145). Percebe-se nesta definição que esse jovem já devia estar trabalhando, vinculado a empresa de alguma forma e por ela ser indicado ao curso de preferência, para receber a devida profissionalização.

Porém, o que se tinha na verdade era uma procura maior por parte dos jovens distantes dessas características: “(...) Na época eram escassas as oportunidades de educação pós-

primária nas pequenas cidades do interior e a Escola SENAI de Campina Grande, com seu internato gratuito, era a solução”(Lopes, 2004, 33)Em linhas gerais, o número maior de alunos era de fora da cidade e sem precedentes referenciais de algumas indústria instaladas na Paraíba, porque as poucas indústrias de Campina Grande não tinham tanto interesse em profissionalizar seus colaboradores, tendo que ceder parte das horas da jornada de trabalho em prol desse fim. Outra questão é o descrédito decorrente do preconceito gerado no meio da sociedade com relação aos discentes, vistos por olhares depreciativos, e anteriormente já mencionado.

A solução encontrada pelo diretor do SENAI foi barrar a entrada dos jovens que não tivessem vinculação com alguma indústria. Esta medida atingiu diretamente os jovens da zona rural e das cidadezinhas, pois boa parte deles buscava a primeira oportunidade da vida, sem nenhum tipo de experiência profissional. Para tanto, o diretor voltou-se outra vez as Leis Orgânicas cuja base argumentativa fundamentava a sua decisão, precisamente no artigo 66 que reza: “O ensino industrial das escolas de aprendizagem será organizado e funcionará, em todo país, com observância das seguintes prescrições (...)”.

A importância deste texto versava sua vigência em todas as unidades escolares do SENAI espalhadas pelo território nacional. O inciso VIII do mesmo artigo preservava as seguintes recomendações: “Preparação primária suficiente e aptidão física e mental necessária ao estudo do ofício escolhido são condições exigíveis do aprendiz para matrícula nas escolas de aprendizagem”, sendo estas características difíceis de serem encontradas nos jovens, não por incapacidade intelectual de aprender, mas por falta de oportunidade de acesso a educação. Pois, se considerarmos a precariedade existente no ensino primário na Paraíba nesse período, as únicas escolas existentes e que funcionavam, a qualidade dos serviços serem bastante precário. Desencadeando com isso, uma má formação básica desses jovens no ensino ginásial.

Para fazer a divulgação destas medidas, Lopes fez uso do **Jornal Diário da Borborema** numa coluna diária do jornal intitulada “**Rosa dos Ventos**” utilizado para esclarecer a população os serviços oferecidos no SENAI. Em discurso direto, explicava aos que de fato contribuíam para a sobrevivência da instituição e, ao mesmo tempo, chamava a atenção dos industriários para assumirem suas responsabilidades com a Escola SENAI, usufruindo dos seus benefícios, como consta na publicação do dia 14 de janeiro de 1960:

(...) Segue-se também que a escola do SENAI em Campina Grande não pode, infelizmente, aceitar no seu internato menores procedentes do meio rural para esses existem a Escola de treinamento agrícola de Bananeira e o Serviço Social Rural deverão instalar cursos especiais para eles. O SENAI é para preparar aprendizes para as atividades industriais. (...) Eis aí a mensagem que desejava eu transmitir aos homens industriais da Paraíba: na escola do

SENAI em Campina Grande há lugar para os candidatos apresentados pelos industriais de qualquer parte do estado.¹⁴

Todo empenho em esclarecer para quem o SENAI estava a serviço pode ser justificado em duas questões: o primeiro se referia a busca em construir a imagem institucional da Escola SENAI; o segundo era a de se comunicar com a comunidade empresarial, então mantenedora do funcionamento da Escola, e que recebia o mínimo de atenção do Ministério da Educação.

Na primeira metade do século XX as cidades paraibanas contavam com a presença rarefeita de instituições que ofereciam o ensino ginásial e, ainda assim, de péssima qualidade. Diversos jovens tentavam ingressar no SENAI e deparava-se com um teste seletivo, não obtendo bons resultados. A grande maioria com formação incompleta não conseguia realizar operações simples da matemática e da língua portuguesa, o que deixava o professor Stênio Lopes preocupado, pois esses candidatos com níveis baixíssimos passavam a serem alunos da Escola SENAI. Na publicação do dia 29 de janeiro de 1960 no **DB**, o professor desabafou ao Dr. Almir Gaudêncio, secretário de educação do Estado, dizendo:

NÃO SÃO apenas queixas. Tenho provas concretas de que o ensino primário nesta cidade é desolador. Aqui vem realizar provas de seleção para o ingresso no SENAI adolescentes com terceiro, quarto e quinto anos concluídos. E não consegui aprovação pois alguns não sabem sequer as operações fundamentais da aritmética elementar! Se você quiser comprovar venha ver para seu melhor esclarecimento em nossas provas arquivadas. Tenho sido obrigado a receber o coração e dizer não a grande número de pais, sobretudo de mães de famílias, quando lhes explico que, não tendo nós, em nossa organização professores para o ensino das primeiras letras e das operações essenciais de aritmética, não é possível aceitar como alunos seus rapazinhos de 15 e 16 anos, praticamente analfabetos com três, quatro anos de escola primária! Ah de. Amir Gaudêncio: você precisa ouvir as amargas recriminações desses pais contra o ensino primário oficial em nossa cidade.¹⁵

O descaso existente com a educação primária no interior da Paraíba interferiu na criação da identidade do SENAI-CG. O reflexo da fala do professor evidencia a preocupação com o acolhimento desses jovens despreparados para serem instruídos em um grau profissionalizante mesmo que não tivessem a base obrigatória para a formação continuada. Nesse sentido, a Escola SENAI passa a oferecer também o ensino primário.

(...) Os lugares no internato do SENAI vêm sendo principalmente procurados pelos pais. E é com real mágoa, e tristeza que somos forçados a explicar aos pretendentes que a nossa escola não pode atender aos seus mais que justos pedidos. (...) infelizmente Para a educação dos adolescentes da zona rural o SENAI não é a solução. (Diário da Borborema edição dia 19 de janeiro de 1960, p. 07)

¹⁴Jornal Diário da Borborema, 14 de janeiro de 1960 p. 07. Ver mais detalhes em anexo, recorte fotográfico das manchetes.

¹⁵ Jornal Diário da Borborema, 29 de janeiro de 1960 p. 07.

O SENAI não seria a solução para este problema, por que sua finalidade remonta outras especialidades na educação, neste caso, assumiu lugar das instituições responsáveis pelo ensino básico não comportava em sua estrutura, devido à escassez de recursos. Embora houvesse mantido durante a década de 1960 o ensino de Primeiro Grau, a trampos e barrancos superando suas limitações, impedindo de uma abrangência maior de atuação na Paraíba. Contudo, a desativação do internato não foi algo simples de se fazer, pois, significava o fim de um serviço essencial prestado à comunidade, era uma espécie de marca registrada da Escola que diante do fato da desativação as pessoas reagiram atônicas a esta situação, principalmente aquelas famílias provenientes das cidades circunvizinhas.

Para esta realização, o professor Lopes teve que travar uma queda de braço com pais e mães que tentavam a investidura de seus filhos em alguns dos cursos. Para barrar o acesso destes indivíduos, Lopes se utilizou do seguinte argumento, aproveitando-se do baixo rendimento dos candidatos nos testes aplicados para garantir acesso na Escola SENAI. O diretor salientou a importância dos jovens terem uma boa base educacional – coisa rara de encontrar – para que, não sentissem muitas dificuldades com o novo método de ensino do SENAI e ao mesmo tempo não fosse preciso estar revisando conteúdos elementares da formação básica, havendo ainda, a restrição de vagas para aqueles que tivessem indicação dos industriais, autorizando-os estudar. Em outra data, mais precisamente em 19 de janeiro de 1960. O professor Lopes aproveitou para prestar esclarecimentos quanto a quem, os serviços do SENAI estavam disponíveis:

(...) Bem se vê que a área de ação do internato da Escola de Aprendizagem de Campina Grande não se estende a zona rural, mesmo a circunvizinha. Alunos internos são admitidos quando industriais de qualquer localidade paraibana enviam para cá um aprendiz destinado a aprender um ofício para em seguida ser colocado no estabelecimento apresentante a fim de preencher uma necessidade qualquer de mão-de-obra mais habilitada. (...) Cumpre que lutemos pela instalação de escolas artesanais, mantidas pelo poder público, para atender aos imperiosos reclames dos homens do campo em prol de melhor educação para seus filhos. Pensando-se bem, as escolas do SENAI são impróprias e inadequadas para essa educação.¹⁶

A publicação seguinte traria a resposta, reforçando o que foi publicado na coluna anterior, deixando explícito o seu repúdio com relação à fragilidade do ensino primário e a falta de estrutura do SENAI para assumir mais essa responsabilidade. Novamente apresentava a quem estava destinado os serviços da Escola de Aprendizagem, com o propósito de conscientizar a população com relação à verdadeira imagem identitária do SENAI-CG:

¹⁶Jornal Diário da Borborema, 19 de janeiro de 1960, p. 07.

(...) Na verdade de nada lhe adiantaria a formação monotécnica e parcial recebida, se eles não tivessem a garantia de uma colocação na indústria. A oferta de empregos na indústria não é tão elástica como se pensa (...) para os jovens da zona rural e das pequenas cidades e vilas do Nordeste, há outra forma de educação profissional que se ajusta às suas necessidades e as possibilidades do meio: seriam as escolas artesanais. Estas, sim, formariam de maneira mais eclética, isto é, menos restrita e especializada do que as escolas do SENAI, os futuros artesãos que iriam manipular os materiais regionais e criar condições para sua subsistência independentemente de maior oferta de colocação nos estabelecimentos fabris.¹⁷

A mudança concernente ao método de ensino buscou adaptar o SENAI-CG a uma nova realidade: promovendo uma formação mais completa do jovem aprendiz ao mesmo tempo trazê-los ao centro da principal função da escola, formar profissionais para as indústrias, que se configurava como a própria identidade da Escola. Nitidamente, a decadência dos últimos anos tinha deixado o sistema de ensino do SENAI inoperante e fragilizado em meio ao dinâmico processo de industrialização, sobretudo na formação de profissionais para atuarem nesse mercado. Por outro lado, as mudanças realizadas nos primeiros anos de atuação contribuíram para distanciar ainda mais a relação entre a teoria e a prática. Sendo assim, atualizar a maneira de ensinar se tornou fundamental nesse momento. Para tanto, devia concentrar os esforços em novas técnicas, que fossem apreendidas do próprio mercado de trabalho com objetivo de atualizar seu corpo docente e oferecer melhor prestação de serviço e novas metodologias no campo ensino-aprendizagem, com maior ênfase na qualidade dos exercícios práticos nas oficinas.

3.2 A Metamorfose do método: a atuação estratégica do professor alinhando teoria a prática no método de ensino SENAI-CG.

Neste sistema de ensino, o SENAI transformou a função do professor em um instrumento estratégico para estas mudanças, tendo em vista seu papel de mediador entre conteúdos e aprendizes, conscientizando-os acerca dos novos objetivos da instituição, intermediando o interesse dos alunos a aprendizagem. O método utilizado pelo SENAI condicionava o professor aos conteúdos das matérias numa sala aparelhada, aliados aos recursos metodológicos das oficinas recém montadas. Para assim, simular um ambiente fabril criando uma atmosfera da prática de ofício, que o professor a partir da sua postura profissional, exprimiria o sentido da prática e da teoria no contexto de formação profissional. Ou seja, para atuar no corpo docente do SENAI o principal requisito exigido desses profissionais, era que já houvessem trabalhado ou estivessem na ativa executando as

¹⁷Jornal Diário da Borborema, 20 de janeiro de 1960, p. 07.

respectivas funções pelas quais, iriam ministrar suas aulas. Essa experiência de trabalho nas fábricas ajudava a construir teoricamente na mentalidade dos alunos o universo fabril que lhes esperava, é um melhor alinhamento entre a teoria e a prática.

Queria seguir o caminho que eu aprenderá na Escola SENAI de Fortaleza, o que eu vira na Escola SENAI do Braz em São Paulo, o que eu mesmo havia introduzido na Escola SENAI de Belém. O núcleo do projeto era de que os menores matriculados aprendessem por si mesmos operações seguidas de um ofício sob a orientação de instrutores atentos e solícitos, sempre prontosa explicar, a esclarecer, a dizer o porquê das coisas, (...) aprendessem com professores competentes, amigos, companheira, as disciplinas básicas e complementares (...) (Ibid., P. 25)

Para tanto, o instrutor contava com o apoio da tríade SENAI-empresa-sociedade, atuando como parâmetros definidores das ações que deveriam ser postas em prática por ele. Sendo assim, o SENAI era incumbido de direcionar professores e funcionários no intuito de mostrar interesse pelo aprendiz: a empresa fazia o incentivo econômico e o patrocínio ao SENAI em troca de tecnologia e mão-de-obra qualificada, e a sociedade mostrava como o jovem viveria adequadamente sob os padrões dela mesma, evitando a desocupação desses indivíduos, tal como observado em relatório interno:

(...) as empresas oferecem a matéria-prima necessária à execução das tarefas e recebem produtos semi acabados ou acabados sem ônus de mão-de-obra; as unidades escolares têm a oportunidade de proporcionar a seus alunos condições de trabalho, as mais reais possíveis, bem próximas daquelas que deverão enfrentar em sua vida profissional, após a conclusão de seus cursos. (RELETÓRIO de 1974, p. 39)

Com todas essas mudanças o SENAI obteve bons resultados, principalmente no que diz respeito à postura ética dos jovens quando introduzidos nos seus respectivos ofícios de formação nas empresas. Eles se comportavam de modo diferente dos demais funcionários. Embora fosse considerado um profissional em formação, o aluno SENAI produzia de acordo com a conduta exigida, e ganhava seu salário. A maneira como se conduzia no chão de fábrica passava a impressão de profissionalismo e de familiaridade com o ritmo fabril, distinguindo-se de outros alunos provenientes das escolas de ensino regular, assumindo o perfil original, aproximado ao exigido no relatório de 1945:

Um pequeno operário relativamente independente, que se comporta dentro da fábrica como um homem que produz e ganha o seu salário. Por isso mesmo, o aluno das escolas SENAI é completamente diferente daqueles que frequenta as demais escolas industriais ou secundarias (RELATÓRIO de 1945, p.10).

Essa postura de caráter ético e disciplinar incorporado pelos aprendizes eram transmitidas por seus instrutores que personificavam as propostas metodológicas idealizadas

pelo SENAI e a reciprocidade dessa relação acabava agregando esses mesmos valores à marca da instituição. Simulando ao mesmo tempo um ambiente de treinamento mais estreito possível da realidade que os aprendizes iriam encontrar doravante, promovendo o conhecimento técnico, satisfeitos, focados, transmitindo valores e atitudes que simbolicamente passariam a ser percebidas inerente a identidade institucional da Escola SENAI.

A inserção do aprendiz como trabalhador e cidadão dependia do instrutor que assumia esse lugar de exemplificador e mediador. Os depoimentos colhidos pelo SENAI-CG expressa para além desse papel fundamental do instrutor que era de disseminar a nova metodologia “SENAI”, mas evidenciava também a relação entre mestre/aprendiz – o ponto central era a transmissão de sua experiência de vida –de modo a despertar nesses alunos o desejo de tornasse idêntico ao professor:

O instrutor, para gente, é como um pai! Além de nos ensinar as coisas da prática de oficina, ele também nos dá uma grande visão da vida lá fora. A gente passa o dia inteiro no SENAI: à noite, a maioria sai daqui e já vai para escola. Eu nem vejo meu pai, dia de semana, só de sábado. Então, eu continuo afirmando, eu considero o instrutor como um pai (SENAI-CG, 1975, p. 119)

O cuidado que a Escola SENAI-CG disponibilizava aos jovens exigia deles a continuidade do legado ético ensinado pelo professor, e que transcendia as instruções técnicas, agregando a si e aos alunos uma postura de integridade moral. Nota-se que o papel fundamental que o imprimia na formação de seus alunos, tornava-os habilitados a inserir-se no mercado de trabalho cumprindo suas atividades com perfeição, organização e limpeza.

Esse lugar assumido pelo professor contribuía para melhorar a recepção e permanência dos jovens na instituição escolar, inclusive estabelecendo uma relação de companheirismo como regra de convivência. Em um sentido mais amplo, estavam sendo preparados para viver em sociedade. Portanto, é perceptível a adaptação do SENAI no modo de ensinar e conduzir seus aprendizes, não apenas capacitando tecnicamente, mas agregando sentido a sua participação na sociedade, formando também seu caráter. A preocupação da instituição nesse momento era pensar que tipo de profissional estava introduzido no mercado de trabalho levando em consideração que o aprendiz representava a marca institucional da escola e sua própria reputação. Seria por meio dele que conquistaria o respeito e interesse das pessoas a procurarem formação no SENAI.

Este sistema de ensino denominava-se de SMO (Série Metódica de Ofício) na prática e realizava por sequência de operações descritas em folhas que continha todas as instruções para a realização das tarefas, sobre as quais oscilavam em grau de dificuldades cada peça

confeccionada. A execução era feita manualmente, com o uso de instrumentos ou através das máquinas manipulada pelos aprendizes: “(...) Cada desenho indicava as medidas exatas de todas as dimensões da peça, trazendo as tolerâncias máximas, a serem admitidas, para mais ou para menos, medindo-se essas tolerâncias em centésimos de milímetro.” (LOPES, 2004, p. 25)

Esse procedimento metódico, preciso e ordenado era aceito sem questionamentos, e rapidamente foram se tornando regras naturais da formação de cada aluno, sem parecer uma cobrança impositiva da escola. Com o passar do tempo transformou-se numa cultura da própria instituição e num comportamento compulsório por parte dos alunos: “Os próprios alunos participavam da avaliação de suas peças e exercícios. Com isto eles iam adquirindo consciência do valor de seu trabalho. Isto contribuía também para a formação de sua personalidade.” (Ibid., p. 27)

As implicações na formação do caráter dos jovens estavam diretamente ligadas à noção de repetição para execução das atividades, pois, o aluno ficava consciente que, se a peça confeccionada por ele não atendesse as medidas exigidas nas folhas de exercícios, estaria desperdiçando tempo e material. Já a noção de limpeza, sinalizava a ordem, um dos componentes essenciais na formação profissional.

É importante salientar que as obrigações com a limpeza das salas e oficinas eram dos jovens aprendizes. Havia os funcionários responsáveis para esse fim, porém, trazer para os alunos esse dever significou muito mais que a simples atividade de varrer ou lavar o chão, implicava também ensiná-los a desenvolver-se dentro de uma ordem: “(...) A limpeza era sinal de ordem, a ordem era um componente da formação profissional.” (Ibid., p. 28) O método SMO exigia dos alunos disciplina, ativez, autonomia e responsabilidade: “Era necessário que eles tivessem a consciência nítida de que, por meio dos exercícios e trabalhos nas oficinas escolares e por meio também das aulas teóricas, eles se tornariam excelentes profissionais, (...)” (Ibid., p. 30), ainda afirmava o diretor Lopes.

O corpo de alunos foi sempre, durante todo o tempo em que lidei mais diretamente com eles, algo que nunca poderia esquecer. Eram dóceis, disciplinados, cooperativos, sinceros. Creio que eles sentiam que a Escola, se não era deles, era para eles. Com tal disposição de espírito, eles davam o tom da disciplina e do comportamento pessoal, aceitando e cumprindo um regulamento mais habitual do que formal, sabendo-se pessoas respeitadas e estimadas. (Ibid., p. 46).

Em conjunto com o método (SMO) foram implantados os serviços de orientação educacional, o serviço de psicologia, e de assistência social atendidos por profissionais do ramo, além do atendimento odontológico proporcionando um pouco da atenção básica de

saúde para os jovens aprendizes, que seriam em breve expostos como produtos de formação da própria escola SENAI-CG. Assim o diretor Lopes conquistava a confiança e levantava a auto-estima dos alunos passando a impressão de que elas eram “bem cuidados” constantemente.

3.3 O que a metamorfose faz: a constituição de uma nova imagem para o SENAI

Após a implantação do projeto idealizado por Lopes, a imagem identitária do SENAI de Campina Grande alcança o padrão nacional previsto em seu estatuto. As conseqüências imediatas dessas mudanças foram o aumento no número de candidatos indicados pelos empresários, maior interesse por parte dos industriais em patrocinar a escola, um corpo docente mais preparado e maior confiança nos jovens que o SENAI formava:

Estávamos nós com uma escola bastante desenvolvida, um excelente corpo docente, um competente grupo de instrutores, zelosos funcionários administrativos e auxiliares e uma lotação completa de alunos já agora todos procedentes da cidade e sua vizinhança. O número de candidatos para as vagas de matrículas aumentava a cada semestre. (Ibid., p. 39)

Todavia, mesmo com todas essas conquistas resultantes da transformação do SENAI em uma escola industrial, Lopes ainda se inquietava com a desconfiança por parte dos campinenses, permanecendo desacreditada com os alunos do SENAI, devido os estereótipos construídos no passado, por causa da condição social desses jovens: “Tínhamos que provar que aqueles alunos pobres do SENAI eram tão bons, tão inteligentes, tão estimáveis quanto quaisquer alunos dos melhores colégios da cidade”. Essa fala do diretor Lopes reflete sua indignação perante este problema. Mesmo depois de executadas diversas modificações que desencadearam novos tempos para a escola, não conseguiu diluir os estereótipos preconceituosos. O caminho escolhido por Lopes para desconstruir esta idéia deturpada, e divulgar a nova imagem do SENAI, consistiu numa exposição do que melhor representava a escola naquele momento.

E o primeiro fato a ser divulgado foi a participação do SENAI nos desfiles de 7 de setembro. Segundo ele, os desfiles eram vitrines perfeitas para tornar conhecidos os pontos positivos da Escola. Seu intuito era mostrar a Campina Grande e região o potencial da Escola SENAI-CG. Estes eventos eram momentos únicos que aglomeravam pessoas de um lado a outro das principais avenidas como, Marquês do Herval e Floriano Peixoto, Rua João Pessoa, Praça da Bandeira e largo da Igreja Matriz tornavam-se palcos para apresentações das grandes escolas da cidade, Pio VI, Elpídio de Almeida (única escola estadual da época a participar),

Colégio das Damas, Alfredo Dantas. No entanto, o SENAI não fazia parte do desfile. Com isso, veio a idéia de inseri-la nos desfiles e apresentar os pontos positivos da Escola SENAI, proporcionando o reconhecimento da Escola SENAI-CG.

No próximo dia sete de setembro, estarão os alunos da Escola SENAI desfilando pelas ruas da cidade. (...) Como nos anos anteriores, a Escola preparou cuidadosamente os seus alunos para essa comemoração a que já está acostumado o nosso povo, na data magna consagrada a pátria. (Diário da Borborema edição dia 04 de setembro de 1960 p. 01 Capa: participação do SENAI em 1960 nos desfiles de 7 de setembro)

Foi com a participação nos desfiles que os resultados vieram imediatamente, repercutindo a imagem positiva que representava melhor a Escola: “Nos desfiles seguintes, os aplausos da multidão coroavam nossos esforços. Estávamos entre as melhores desfilantes. Mas era pouco. Queríamos o troféu da independência. E conseguimos. Naquele ano (...)” (LOPES, 2004, p. 41). Não poderia ser diferente a repercussão: o diretor Lopes, juntamente com sua equipe, conseguiu levar para as ruas uma oficina em pleno funcionamento em cima de caminhões, simulando os novos ambientes da escola e a dinâmica do método de ensino.

Ao tempo em que ganhava a graça do público, demonstrando o potencial dos seus instrutores e alunos através dos desfiles de 7 de setembro, sua participação marcante no final da década de 1950 gerou expectativas nas pessoas e em 1964 se projetou como atração principal no evento que comemorava o centenário da cidade no dia 11 de outubro. “O SENAI era assim, cheio de coisas criativas que entusiasma a multidões e, naturalmente, faziam as pessoas quererem bem e admirar a instituição” (Ibid., p. 42).

O esporte também foi utilizado com o fim de divulgar a nova imagem do SENAI-CG, que com a participação aguerrida dos alunos nos certames regionais, e as conquistas não tardaram. “As competições foram de futebol de campo, futebol de salão, vôlei, basquetebol, e a parte de atletismo: corridas, saltos, lançamento de pesos e dardos. (...)” (Ibid., p. 43). Com isso, o campo de visibilidade se ampliou consideravelmente, agregando ao conjunto pedagógico do SENAI uma multifuncionalidade maior tornando a formação dos jovens mais dinâmicos.

Nesse sentido, antes das mudanças feitas por Lopes, o jovem dispunha apenas das salas para realização das aulas e nas horas vagas cuidavam do pequeno sítio, demonstrando assim, uma formação técnica fragilizada. Contudo, agora a Escola proporcionava-lhes um contato não apenas teórico das respectivas áreas profissionais, mas também a prática profissional da realidade fabril, o contato com artes, cidadania, convívio social e a prática esportiva. Sendo que a última configurou-se uma verdadeira revolução para época em se tratando de educação profissional em Campina Grande.

Foi para esses jogos que, mais uma vez preparamos os alunos do SENAI, visando sempre uma excelente colocação. Durante anos, realizaram-se os jogos Ginásio-Colegiais de Campina Grande sob a direção dos próprios colégios. Só mais tarde é que a Secretária de Educação tomou conta de sua realização. As equipes do SENAI sempre se destacaram. Fomos algumas vezes campeões em algumas modalidades. Porém os alunos do SENAI sabiam sempre que iriam brilhar. E tinham verdadeiro orgulho nas suas belas apresentações.

Qual preconceito que pudesse persistir, diante dos seus desempenhos públicos? (Ibid., p. 44)

Os jogos Ginasiais foram realizados na Paraíba por iniciativa do diretor Stênio Lopes e outros diretores de escolas na época, se perpetuando na cultura escolar até os dias atuais. A ativez do diretor Lopes ajudou a desmistificar consideravelmente a má impressão lançada sobre o SENAI, prejudicando sua atuação na Paraíba e em Campina Grande, como também deu aos jovens o sentimento de capacidade. A vitrine proporcionada pelos jogos, sob a qual Lopes expôs a imagem da Escola SENAI-CG, trouxe à tona uma instituição desconhecida daquela sociedade, um nítido reflexo disso foi à grande procura por matrículas para ingresso de jovens da cidade na década de 1960.

No próximo dia 20 do corrente, estará novamente em funcionamento regular, iniciando o seu primeiro semestre letivo do ano de 1960, a Escola do SENAI de nossa cidade.

Todas as vagas, iniciais dos cursos de ofícios foram preenchidas no mês de dezembro com alunos de Campina Grande. Apresentaram-se às provas de admissão realizadas 108 candidatos para 62 novas matrículas, havendo assim um excedente de candidatos que serão, no entanto, aproveitados e ficarão na Escola no curso, que se destina a preparar melhor os menores aos novos exames para o ingresso nos cursos profissionais em junho vindouro. (...) Diferentemente ainda dos outros cursos, a Escola do SENAI exige o comparecimento dos alunos nos dois turnos, da manhã e da tarde, perfazendo um total de 8 horas de estudo por dia. Metade do tempo é aplicada nas oficinas de aprendizagem, a outra metade é dedicada ao estudo de matérias teóricas, como português, matemática, desenho, ciências.¹⁸

O momento vivenciado pela escola foi sem dúvida o auge da sua atuação na Paraíba. Os jovens aprendizes passavam a ficar oito horas na escola. Pela manhã tinha aulas de educação geral, a tarde realizava exercícios práticos nas oficinas, e nos horários de recreação dispunha dos equipamentos esportivos. Assim, a satisfação dos alunos era aparente “(...) Se lhe perguntassem 'onde você estuda?' – ele respondia com orgulho: 'No SENAI’”(Ibid., p. 56). O conjunto didático-pedagógico implantados no SENAI incluindo as práticas esportivas foram os grandes responsáveis por diminuir os índices de absenteísmo e reprovações consideravelmente.

¹⁸Jornal Diário da Borborema, 10 de janeiro de 1960, pp.. 03-08.

A desmistificação dos estereótipos preconceituosos contra os alunos foi sendo paulatinamente desfeitos por estas ações e a Escola SENAI foi conquistando admiração dos Paraibanos. Por conseguinte, os cursos estavam formando mais jovens e a preocupação agora era com a colocação dos concluintes nas funções industriais. Para essa função, afirmava: “(...) Tínhamos uma técnica em acompanhamento de ex-alunos e articulação com as empresas, a qual fazia um trabalho magnífico(...)” (LOPES, 2004, p. 47). Essa articulação tinha o objetivo de atenuar a grande exportação de mão-de-obra para região sudeste.

Não podíamos, porém, fugir de uma realidade: boa parte dos melhores concluintes de cursos na área da mecânica ia embora pra São Paulo. Era ainda ‘o boom’ da indústria automobilística implantada na era de Juscelino Kubitschek. O fluxo durou bastante tempo, pois ex-alunos bem sucedidos em São Paulo atraíam amigos ou parentes que haviam deixado na Escola em Campina Grande.

Tínhamos alguns êxitos também em João Pessoa, na colocação de ex-alunos, antes de existirem as Escolas SENAI de Bayeux e do Distrito Industrial de João Pessoa. (Ibid., pp.47-48)

A atuação do SENAI, nesse sentido, era mediar às negociações com as empresas por meio de representantes, que intervinham na contratação dos estagiários, mostrando as possíveis qualidades dos seus serviços. A Escola SENAI agora formava um novo profissional, gerado graças às mudanças ocorridas. Essa mediação proporcionava maior visibilidade e fluidez nas contratações, pois, o que havia até então, segundo Lopes, era uma inserção coercitiva, como que imposta pelo SENAI às empresas que, por sua vez, eram obrigadas a recebê-los, ou uma espécie de troca de favores aos funcionários da instituição. Nunca como uma necessidade clara de preenchimento em funções técnicas, pelos jovens aprendizes.

Guiar os jovens aprendizes ao melhor destino despertou em Lopes a responsabilidade que haveria de ter o SENAI, seja ela, profissionalizar a mão-de-obra industrial ou assegurar seu desempenho pós-Senai. Com tudo, existia também uma força de trabalho pulsante nas fábricas paraibanas, que careciam de melhor atenção social e acesso a formação profissional.

Este pensamento fez o diretor Lopes implantar cursos de aperfeiçoamento para trabalhadores adultos já empregados. No entanto, a dificuldade maior foi enfrentar os elevados índices de analfabetismo existente na sociedade paraibana. Isto dificultou o processo de aprendizagem nos diversos cursos profissionalizantes, devido à falta do conhecimento nas operações básicas da educação. A falta de tempo para se dirigirem a escola também se colocou como imperioso. Para isso o horário foi flexibilizado, trazendo a possibilidade dos cursos noturnos. Todavia, tais problemas não impediram a prestação de serviços do SENAI, que mesmo assim, proporcionou o atendimento tanto aos jovens na primeira experiência, como aos adultos já empregados. Uma alusão a isso foi uma publicação do **DB** em uma nota de capa

trouxe: “As luzes estão sempre acesas na Escola do SENAI”, fazendo referência à nova postura da instituição.

Outra atuação marcante do SENAI-CG na Paraíba foi à implantação dos cursos volantes chamados de Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra Profissional (PIPMOI) na década de 1960, mediada pela cabeça engenhosa do diretor Lopes: “Não me foi difícil imaginar que poderia levar a ação meio-profissional, meio-social do SENAI ao interior da Paraíba. (...)”(Ibid., p.58). Eram cursos de curta duração e se deslocavam por cidades do interior paraibano, qualificando trabalhadores com a mesma metodologia utilizada na Escola em Campina Grande, sendo que o custeio dos cursos era dividido entre o SENAI e prefeituras das respectivas cidades onde se instalassem a unidade itinerante. “A ideia era, em primeiro lugar, fazer contato com os Prefeitos de cada uma das cidades da área escolhida e verificar se a Prefeitura Municipal carecia de trabalhador mais qualificado em determinada área”(Ibid., p. 59).

Os cursos ofertados eram: mecânico de motores de automóvel, serralheiro, eletricista instalador, eletricista reparado de eletrodomésticos, bombeiro hidráulico (encanador). As cidades que iniciaram o projeto foram as do sertão sudoeste do Estado, Piancó, Itaporanga e Conceição. Seguidas das áreas do Cariri, Será Branca, Sumé e Monteiro.

A presença do SENAI na Paraíba, após passar por todo processo de mudança, ou melhor, por uma “metamorfose de si” por intermédio do professor José Stênio Lopes, singularizou a atuação desta instituição como algo indispensável à história de Campina Grande e da Paraíba, como um marco no desenvolvimento da educação profissional quase inexistente anterior a sua chegada no Estado. Como o próprio diretor Lopes houvera afirmado: “Tínhamos a certeza de uma cousa: estávamos ajudando centenas de jovens e de homens feitos a terem uma profissão e criarem um sentido claro de cidadania com independência e auto-estima.” (Ibid., p. 63).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia começou a ser elaborada a partir das representações discursivas sobre a imagem da Escola SENAI de Campina Grande nos anos de 1957 a 1964 nos registros memorialísticos do prof^o Stênio Lopes e das páginas do **DB**. Partindo de indícios e sinais das tentativas de mudanças, industrialização e reconhecimento do ensino profissional, pudemos percorrer pelo recorte temporal proposto e dar respostas as nossas indagações de como foi construído esse discurso de “boa escola”. A Priori tivemos que interrogar “porque isso ocorreu, a que redes de poder e de interesse está ligada a Escola SENAI, que relações mantém com o autor do discurso” (Albuquerque Júnior, 2009, P. 238)

Demos início os discursos sobre o que conseguimos concluir acerca do processo de construção identitária do SENAI em Campina Grande, com base no pressuposto de que o veículo impresso se tornou relevante como documento histórico no final do século XX. Pois o que se tinha, era uma enorme resistência das tradições historio gráficas do dezenove, pautado na ânsia pela verdade ou na delimitação do ofício do historiador.

Percebemos o quão importante foi à imprensa, neste caso, o **DB**, para a construção discursiva da identidade do SENAI desde a posse de Lopes enquanto diretor, até sua consolidação em meados da década de 1960, onde, aproveitou o espaço no jornal para transmitir seus ideários de transformar o SENAI em uma instituição reconhecida na aprendizagem industrial. O jornal e o rádio eram considerados os principais meios de comunicação entre a população e as pessoas que detinham o poder local.

Esta pesquisa está formada também no olhar do que o diretor Stênio Lopes representou sobre o SENAI-CG a partir de suas obras, colunas e artigos. Podemos extrair uma conclusão a guisa das “representações” descritas no livro “História Cultural: entre práticas e representações” de Roger Chartier, sendo possível nos remeter a algumas imagens que o SENAI-CG assumiu, com características agrícolas, industrial, instituição social ou a transformação de seus espaços. Talvez se incluísse também o padrão definido nos estatutos do SENAI nacional, como a busca de uma imagem ideal. Ou seja, a instituição pode ser construída e imaginada conforme privilegiadas interesses específicos. (Chartier, 1990 P. 17) Aponta um conceito de representação similar ao nosso.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Comparando o resultado das mudanças que o SENAI passou esse tipo de representação, percebemos que a busca por essa imagem ideal também foi persistentemente discutido e planejado. O SENAI respeitado foi sim almejado por uma elite, empresários e políticos, responsáveis, por vezes pelo destino da industrialização paraibana. Contudo, tivemos que pensar até que ponto essas mudanças foram realmente considerada completa em todas as instâncias. A tentativa de construção dessa nova identidade ocorreu com as modificações instauradas por Lopes em 1958, fazendo com que o cenário se alterasse, com a ajuda das indústrias recém instaladas em Campina Grande, que se tornará o pólo industrial capaz de competir com outros estados, fazendo com que o SENAI angariasse mais contribuições financeiras, garantindo-lhes autonomia de recursos.

A desmontagem de tudo aquilo que descaracterizou a Escola SENAI foi feita e no lugar foram instaladas oficinas para a realização das aulas praticas e a construção de equipamentos propícios a realização de esportes, adquiridos e inaugurados com festa no SENAI pelos funcionários.

Lopes por meio de suas obras e do jornal **DB** não deixou de dar destaque a essas aquisições, assim às áreas consideradas essenciais podiam ser consideradas até como cartão de visita. Podemos citar a desativação do internato, a implantação dos cursos volantes e noturnos, a prática esportiva e a participação nos desfiles do 7 de setembro.

No âmbito econômico, a busca do desenvolvimento pode ser considerada como o verdadeiro motivo para que Lopes realizasse essas mudanças que pairava em sua mente, já que ocorreram mudanças estruturais que alteraram o perfil socioeconômico do SENAI local. No entanto, todas essas tentativas de alcance a uma identidade simétrica ao SENAI nacional tiveram seus ápices e suas crises, como podemos perceber com a precariedade da educação básica desde o começo do século XX se mantendo até o período estudado com pouquíssimos avanços. Mas, o segmento considerado “inovador” o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, não deixou por menos e com a ajuda da industrialização que atingiu Campina Grande se tornou a esperança de dezenas de jovens na busca de uma situação de vida melhor. Se por um lado houve um enorme interesse das camadas mais pobres sem expectativas melhores, a refeição e a empatia por parte da elite industrial campinense foi relativamente sentida.

Por um determinado período, o município atraiu diversas indústrias com incentivos fiscais disponibilizados pelos governos Federal, Estadual e Municipal por meio da SUDENE. A criação de um distrito industrial capaz de alcançar essas novas empresas, que optaram por Campina Grande para se instalar, propiciou benefícios e desenvolvimento ao SENAI

concentrando mais recursos e indicações de jovens por parte das indústrias para preitear alguma vaga nos cursos disponibilizados. Todavia, percebemos que essas expectativas quanto às novas indústrias se davam pelo fato, das já existentes na Paraíba estavam desacreditadas com o SENAI devido à má qualidade dos profissionais que estava formando.

Portanto, a urgência de intervenção defendida a passo forte por Lopes se expressava em duas vertentes que convergiram a um único sentido, a consolidação da marca SENAI no Estado. As primeiras mudanças empreendidas visavam adaptar a Escola a realidade local, esse processo desgastou a sua imagem aproximando o SENAI a características agrícolas perdendo sua identidade industrial. Lopes não deixou de ir em busca de seus ideais, iniciando a partir da década de 1960 a luta pelo reconhecimento e ampliação da Escola SENAI, pois a impressão estereotipadas que a sociedade tinha do SENAI-CG incomodava o diretor. Começou então, o engajamento para transformar o SENAI em um pólo educacional de aprendizagem de mão-de-obra para indústria, que foi alcançado e consolidado, como podemos perceber hoje em dia.

Com base nas análises que fizemos em busca dessa representação resultante da construção identitária da Escola SENAI em Campina Grande, Lopes consegue por meio do **DB** em favor principalmente da salvação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que enfrentou diversas crises até a sua consolidação na década de 1960 a 1970. O ideário de Lopes em construir uma identidade para o SENAI baseada no padrão nacional teve sua concretude nas páginas dos jornais, quando foi anunciado os esclarecimentos das novas dinâmica de atuação da Escola e posteriormente a grande procura com esgotamento das vagas, bem como, a expectativa da sociedade campinense quanto aos desfiles do 7 de setembro, para ver o SENAI pôr seus alunos nas ruas em um grande espetáculo. “Como nós anos anteriores a Escola preparou cuidadosamente os seus alunos para essa comemoração a que já está acostumado o nosso povo, na data magna consagrada a pátria.”¹⁹

Nesta pesquisa tanto os jornais quanto os registros memorialísticos de Lopes possibilitou que nós chegássemos a uma representação de como se deu essa construção da identidade do SENAI a partir dos anos de 1957 a 1964, mas com a utilização de outros aportes teóricos e outras indagações, o historiador pode chegar a outras respostas.

¹⁹Está presente em uma notícia do jornal da Borborema do dia 4 de setembro de 1960. O **DB** ao noticiar a participação do SENAI nos desfiles estava construindo uma representação da Escola tal qual fora elaborada, as notícias constituem representações do real que se baseia na correlação entre as práticas sociais, com a preocupação de mostrar uma instituição que estava no mesmo patamar das melhores escolas da cidade. Esse real é construído pelos diferentes grupos sociais que sobre o SENAI elaboraram discursos que circulam entre a sociedade, como sendo a única possibilidade, deixando claro ao longo das páginas do periódico sua posição enquanto meio de comunicação influente em Campina Grande.

REFERÊNCIAS

Documentais

CÂMARA MUNICIPAL. Discurso do ex-prefeito Newton Rique, na entrega do projeto de criação do Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande (FUMINGRA). Campina Grande, 13 de dezembro de 1963.

Jornal Diário da Borborema, edição de janeiro e setembro de 1960.

SENAI/PB. **O SENAI na Paraíba**. Campina Grande: SENAI/PB. 1991.

SENAI-SP. **Relatório de 1945**. São Paulo, 1945.

SENAI-SP. **Relatório de 1974**. São Paulo, 1974.

SENAI informes gerais sobre Campina Grande: apresentado pelo prefeito de Campina Grande Professor Evaldo Cavalcante Cruz, por ocasião da visita dos estagiários da Escola Superior de Guerra no dia 20 de agosto de 1976.

Bibliográficas

ALBURQUERQUEJUNIOR, Durval Muniz de. **A dimensão retórica da historiografia**. In: O historiador e suas fontes. PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Org.). São Paulo : Contexto 2009.

A REPUBLICA NO BRASIL / Ângela de Castro Gomes, Dulce Chaves Pandolfi, Verena Alberti, coordenação; Américo Freire... [et ao.]. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Educação e sociedade no Brasil após 1930**. In: História geral da civilização brasileira, São Paulo, Difel, V. 11, P.381-416.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre Práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Annalles (NOV-DEZ. 1989, N° 6, PP. 1505- 1520)

KALIL, N. L. **O SENAI e a sua metodologia de ensino**. SENAI, Rio de Janeiro: Brasil, 1971.

LOPES, José Stenio. **Uma escola e algo mais** \ José Stenio Lopes. – Campina Grande: SENAI-PB, P. 125, 2004.

LOPES, Stenio. **Uma Saga da Criatividade Brasileira** / Stenio Lopes. – Rio de Janeiro : SENAI – DN, Divisão de projetos Especiais, 1982. 217 p. ; 21cm.

MICILI. Histórias e percursos: **o Departamento Nacional do SENAI (1942 – 2002)**. Brasília.

MEMORIAL DA FIEP: Seis décadas de ações transformadoras / Maria José Silva Oliveira; José Edmilson Rodrigues (Org.) – Campina Grande. Gráfica Marcondes, 2009.

MENDONÇA, Sonia. **A industrialização brasileira** / Sonia Regina de Mendonça. – 2. Ed. Reform. – São Paulo : Moderna, 2004. – (Coleção polêmica)

MODERNIZAÇÃO, DITADURA E DEMOCRÁCIA: 1964-2010, volume 5 / coordenação Daniel Aarão Reis. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2004. (**História do Brasil Nação: 1808-2010**) ; 5)

OLHANDO PARA DENTRO : 1930-1964 / coordenação Ângela de Castro Gomes. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2013. (**História do Brasil Nação: 1808-2010**)

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil** / Nelson Piletti. – 7º Ed. 6º impres. – São Paulo : Ática, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jantahy. **História & História Cultural**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. P. 3-15.

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral**. **Revista brasileira de historia**, São Paulo, V 9 n. 19, set. 89 / fev. 90

SAMARA, Eni de Mesquita; TYPY, Ismênia Spinola Silveira Truzzi. **História & Documentos e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Vera Alice Cardoso. **Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica**. In : Silva Amado da (coord.) **Republica em migalhas: história regional e local**. São Paulo : ANPHUR : Marco zero: CNPQ. 1990.

SOUZA. Luiz Gonzaga de. **Movimento da vida**. João Pessoa. Ed. Universidade. 1996.

Targino, IrapuanBôtto. **Stênio Lopes e a arte do bem-fazer** / IrapuanBôttoTargino. –João pessoa: Ideia, 2010. 109p.:il.

Veiga, Cynthia Greive, **1958- História da educação** / Cynthia Greive Veiga. – São Paulo : Ática, 2007 328p. – (Ática Universidade).

Sites visitados

http://www.fiepb.com.br/noticias/2010/07/02/morre_em_campina_grande_um_dos_fundadores_do_senai_na_paraiba (visitado em 12 de junho de 2018)

ANEXOS

Noticiários do Jornal Diário da Borborema

ROSA DOS VENTOS
Mensagem ao industrial
 Stênio LOPES

INDUSTRIAL, do interior, homem de empresa da Paraíba, hoje viveu momentos para Você. Estes em Campina Grande, sua escola de preparação de aprendizes em vários setores qualificados. As mais importantes industriais campineiras, como SANEASA, Indústria Têxtil de Campina Grande, Tecatolana, Alvim Fibrótico, Acario Rêgo, Tenda Fátima, Fábrica de Têxtil SENECA, Fardoliga, Antonio, Escudo dos Diniz, várias outras oficinas e o Instituto de Serviços de Engenharia, contam entre seus operários especializados com aprendizes preparados nessa escola. As famílias da classe operária desta cidade têm enorme confiança no ensino e na educação ministrada nessa estabelecimento. Você já deve ter ouvido falar no nome dessa escola: é o SENAI. É uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Não se trata de nenhum estabelecimento público mantido pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal. Pelo contrário, isto sim, de uma indústria privada. A Escola do SENAI em Campina Grande é mantida em parte de um terço de suas verbas pela contribuição dos industriais da Paraíba, os outros dois terços são gastos do Departamento Nacional da Indústria, que recebe certa porcentagem dos recursos dos industriais dos Estados Unidos, sobretudo São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais.

(o)

O SENAI de Campina Grande tem um intervalo. Isto significa que você pode admitir alunos enviados de qualquer cidade da Paraíba. Qual quer indústria do Estado, seja de João Pessoa, seja da mais modesta cidade paraibana, pode enviar ao SENAI de Campina Grande um nome para ser treinado nos ofícios ensinados na escola. Esses ofícios são: tornadeira mecânica, ajustagem mecânica, plumbagem e fôrça motriz elétrica, carpintaria, mecânica de motores de automóvel, solda oxiacetilênica, hipocritaria (com posição manual e impressora). O industrial não paga absolutamente nada para seu candidato ser matriculado na escola e só permanecer durante um ou dois anos. O curso completo é feito em dois anos, dependendo do ofício que o industrial deseja. As condições para o melhor acesso ao intervalo são apenas ter ele de 14 a 16 anos, possuir conhecimento equivalente aos do 4º ano primário e apresentar boa saúde.

(o)

EVANGELIZANDO, se um industrial do Estado apresenta um candidato aos estudos em Campina Grande, entende-se que ele sente necessidade de ter no domínio de seus empregados um jovem com curso regular secundário, os melhores métodos pedagógicos, sociais que a garantia de um emprego para esse menor, quando ele terminar o seu aprendizado profissional, e condição essencial para a sua aceitação na escola. Seguramente que a escola do SENAI em Campina Grande de não pode, necessariamente, aceitar no seu interior alunos procedentes do meio rural. Para esses existe a Escola de Indústrias e Comércio de Santa Helena. Se o industrial deverá instituir cursos especiais para eles. O SENAI e para preparar métodos industriais, sobretudo para os trabalhadores e os pedidos dos industriais. A Legislação do Trabalho diz que os lugares de aprendiz nas oficinas industriais e, portanto, ao SENAI, são de propriedade dos empregados da indústria. Ele já a mensagem que desajava em Campina Grande nos últimos dias. A Escola do SENAI em Campina Grande há lugar para os candidatos representantes industriais em qualquer parte do Estado, desde que a formação de aprendizes esteja a satisfazer uma necessidade que eles tenham de contar, mais cedo, ou mais tarde, com o qualificação que os operários são necessários. É esta uma valiosa contribuição de Campina Grande ao progresso industrial da Paraíba.

Fonte: DB dia 14 de janeiro de 1960

ROSA DOS VENTOS:
Carta ao Dr. Amir Gaudêncio
 Stênio LOPES

VOCE é moço, tem planos de trabalho, poderá realizar uma tarefa digna de sua mocidade e do seu idealismo. Contando com o apoio do Prefeito que o escolheu para dirigir o setor da educação primária no Município, terá meios de fazer o indispensável, o mínimo que Campina Grande exige de sua diretoria. Mas fique desde logo certo de que lhe entregou o Sr. Severino Cabral o campo de trabalho mais difícil da administração. Basta que se veja a enorme deficiência existente no aparelho educativo do Município. E, ao mesmo tempo, o governo ordinário das escolas em funcionamento é assustadoramente insignificante. Tenho a maior má-gua em dizer estas coisas: mas a dolorosa e gritante verdade é que as queixas de milhares de famílias desta cidade, das famílias pobres que não podem pagar ensino particular para seus filhos, dão uma primeira idéia do pouco de organização que existe nas unidades do ensino primário local. Que digo eu? não podem pagar ensino particular? Mas é isto que muitos pais de família fazem, que são obrigados a fazer, porque dizem que nas escolas públicas seus filhos não aprendem nada!

(o)

NÃO SÃO apenas queixas, número de pais, sobretudo de mães de família, quando lhes explico que, não tendo nós, em nossa organização, profissora para ensino das primeiras letras e das operações essenciais de aritmética, não nos é possível aceitar como alunos seus rapazes de 15 ou 16 anos, praticamente analfabetos com três, quatro anos de escola primária! Ah, Sr. Amir Gaudêncio! você precisaria ouvir as amargas reclamações desses pais contra o ensino primário oficial em nossa cidade!

(o)

A CULPA é muito menos das professoras (como as admira e as compreendo!) do que das chefias da organização escolar. Assistência técnica e supervisão são elementos essenciais para o rendimento da escola. Não digo fiscalização, porque fiscalizar quando não se fornecem as condições necessárias todos os meios para elas realizarem um trabalho bom, é tarefa inútil. Lamenta-se que Campina Grande não tenha escolas em número suficiente para matricular pelo menos dois terços das crianças em idade escolar. Digo eu que é muito mais deplorável a má qualidade das poucas escolas em funcionamento. E não se luda, Dr. Amir: quando digo escola, refiro-me também a Grupos Escolares, que, infelizmente, entre nós, pouco mais significam do que um agrupamento de escolas ou classes. Se preferir, meu caro diretor de educação municipal, basta dizer que lhe levarei os autos do crime. Isto é, as provas que mostram que os alunos não estão ou não estavam aprendendo absolutamente nada nas escolas primárias, não por culpa das professoras — repito — mas por carencia de organização escolar.

Fonte: DB dia 29 de janeiro de 1960

ROSA DOS VENTOS:

Escolas artesanais

Stenio LOPES

TODOS NOS que vimos o SENAI nascer, aperfeiçoar-se, amadurecer e evoluir, não temos mais dúvidas de que a preparação e treinamento da mão-de-obra das atividades industriais devem ser realizados, em todos os casos em que isto seja possível, dentro do próprio trabalho e diretamente pelas empresas. Nossas Escolas têm no seu campo de ação bastante limitado: não pretendemos atender ao volume crescente das necessidades de formação de mão-de-obra imediata de operários habilitados para os encargos de conservação, manutenção e reparos de máquinas e motores, com prioridade número um. Daí os cursos de formação de operadores mecânicos, de ajustadores, de soldadores, de fresadores, de mecânicos de motores de veículos, de eletricitas, fundidores, modeladores, marceneiros e carpinteiros. Em segundo lugar, procuramos atender, na medida do possível e conforme o possibilitem os recursos financeiros de cada região, a indústrias que exigem mão de obra preparada com maior tempo de duração, como é o caso de impressores, compositores e linotipistas etc.

ENTENDESE que os cursos de nossas Escolas visam a preparar, em tempo rápido e com caráter monotécnico, operários que se destinam a colocações nos estabelecimentos industriais. Importante é reter essa ideia: não formamos artífices ou artesãos, preparamos apenas certos tipos de operários. Quem diz artesão, entende o profissional que vai por conta própria dedicar-se a exercer um ofício de natureza industrial. O operário (objetivo do SENAI) destina-se a ser empregado num estabelecimento fabril. Para se compreender melhor o que é um artesão e um operário qualificado, basta considerar o caso de um marceneiro: se

ele tem sua pequena oficina e fabrica móveis que ele mesmo vende, ele um artesão; se ele trabalha num estabelecimento industrial de fabricação de móveis, eis o operário qualificado. Na maior parte dos casos os aprendizes que preparamos, não podem ser sendo empregados. São um torneiro mecânico, por exemplo, ou um soldador, um marceneiro de interiores ou um impressor; nenhum deles poderá trabalhar por conta própria, a fim de ganhar a vida, utilizando os conhecimentos que adquiriram na escola.

ORA, esse tipo de formação que ministramos em nossas escolas, especialmente para a área B que se destina ao ensino técnico, não convém sempre aos jovens procedentes das zonas rurais. No verdade, de nada lhes adiantaria a formação monotécnica e prática recebida, se eles não tivessem a perspectiva de uma colocação na indústria. A oferta de empregos qualificados na indústria não é tão abundante como se possa pensar. Somente os centros industriais em expansão, como São Paulo, Distrito Federal, Minas Gerais asseguram uma oferta ampla de empregados de jovens das zonas rurais e das regiões interiores e do Nordeste. Há outras fontes de formação profissional que se ajustam às suas necessidades e às possibilidades do meio: seriam as escolas artesanais, comunitárias e especializadas de que nas escolas do SENAI, em alguns aspectos, que temos multiplicar as instituições técnicas, independentemente de maior oferta de colocações nos estabelecimentos industriais. Entretanto, a criação de uma escola artesanal não precisa dos equipamentos, cursos e instalações das escolas técnicas. Basta ter maior número de alunos e o trabalho manual feito a máquina, seu uso cotidiano, sua eficiente utilização sobram o conteúdo de nossas preocupações.

Fonte: DB dia 20 de janeiro de 1960

João Sylvester, alguns membros da comissão, adiantaram-se no trajeto Campina Grande - Arceburgo, de onde iniciou a concentração. Nunca se viu um entusiasmo numa cidade do cariri. O povo vibrava na praça e permaneceu pé escutando os proceres da campanha vitoriosa, das treze horas até as dez. A movimentação do povo demonstrava sua adesão à causa de Janduary, participando, entusiasmadamente, da festa e do comício, proferindo, ao contrário do que se esperava, os adversários, E. Jango, Janduary e Janduary, saíram vitoriosos na cidade de Aroriz. Entre os estírios da vitória, o município destacou-se os srs. Trajano Martins Arruda, chefe do PSD, o sr. prefeito que é do PTB, o sr. Manoel Lima, Ant. Sales e vários vereadores.

Participação do SENAI no desfile escolar de sete de setembro

Unidades constitutivas do seu contingente - Entrega do troféu conquistado em 1958 - Cooperação dos pais

No próximo dia 7 de Setembro, estarão os alunos da Escola do SENAI desfilando pelas ruas da cidade, juntamente com os alunos de outros estabelecimentos de ensino primário e secundário de Campina Grande. A participação dos alunos do SENAI no bonito desfile do dia 7 não se deve a outro motivo senão ao cumprimento de uma obrigação cívica.

Como nos anos anteriores, a Escola preparou cuidadosamente os seus alunos para essa comemoração a que já está acostumado o nosso povo, na data magna consagrada à Pátria.

A PARTICIPAÇÃO DO SENAI

Este ano, o SENAI se fará presente com as seguintes unidades constitutivas do seu contingente: a) Banda Marcial; b) Bandeira Nacional e sua Guarda, e Estandarte da Escola; c) Grupo de Professores da Escola; d) Corpo de Alunos. Pela primeira vez, os professores do estabelecimento tomarão parte no desfile escolar do dia 7 de Setembro. É um exemplo de sentido educativo, pois mostra que os docentes do SENAI consideram uma honra para qualquer um participar de uma solene e festiva comemoração dedicada à Pátria.

CARRÓS ALEGÓRICOS

Como das outras vezes, o SENAI deverá colocar nas ruas, após o corpo de alunos, seus carros alegóricos que tanto alegravam e entusiasmarão o nosso povo. Os desenhos dos carros, para este ano, já estavam preparados. Seria uma alusão ao décimo aniversário do SENAI na Paraíba, sem máquinas funcionando como no ano passado. Entretanto, foi deliberado no reunião de diretores de estabelecimentos de ensino da cidade, presente o Mg. Jor. Marcelo Mena Barreto de Barros Falcão e D. Otávio Aguiar, Bispo Diocesano, que nenhum colegio deveria apresentar carros ou outras algeorias no próximo dia 7.

ENTREGA DO TROFÉU CONQUISTADO EM 1958

A festa do desfile escolar, um aluno do SENAI conduziu o Troféu da Independência que a Escola conquistou, como primeira colocada no desfile de 7 de Setembro de 1958, para o entregar ao sr. Prefeito Municipal no palanque das autoridades.

Em 1959, não houve julgamento oficial para a entrega do Troféu, instituído por Lei Municipal. Como este ano voltará o Troféu a ser entregue ao primeiro contingente colocado pelo comitê julgadora do desfile, o SENAI considera encerrado o prazo em que deteve a bonita estatua municipal.

COOPERAÇÃO DOS PAIS

Agora a decidida colaboração de todos os professores da Escola, destacando-se o sr. Gabriel D'Annunzio Gomes, que dirige o treinamento, bem como a boa vontade, ordem, disciplina e entusiasmo dos alunos, deve-se resultar a cooperação dos pais que não mediram sacrifícios para que seus filhos pudessem apresentar-se no dia 7 de Setembro com seus uniformes novos.

Cont. na pag. 4 - Letra B

AFONSO CORDEIRO AGRA FILHO Segundo Aniversário

Portrait of Afonso Cordeiro Agra Filho with text: AFONSO CORDEIRO AGRÁ e Família, cumprem o dever cristão de convidar seus parentes e Amigos para assistirem à missa que mandam celebrar em homenagem da alma do seu querido e sempre lembrado AFONSO CORDEIRO AGRÁ FILHO, às 7 horas do dia 5 do corrente mês (amanhã) na Catedral de Nossa Senhora da Conceição - da qual no que assinala dois anos do seu desaparecimento eterno. Desde já, confessamos sinceramente agradecidos todos aqueles que comparecerem a esse ato de fé e de amor.

Fonte: DB dia 04 de setembro de 1960

DEPARTAMENTO REGIONAL DO SENAI
Escola de Aprendizagem de Campina Grande
AVISO

A Diretoria da Escola de Aprendizagem do SENAI em Campina Grande avisa:

1. — As aulas do Primeiro Período letivo de 1960 serão iniciadas no dia 20 do corrente mês de janeiro, às 7 horas da manhã.
2. — Achem-se preenchidas todas as vagas do primeiro grau (série inicial) dos cursos de Mecânicos de Manutenção, Mecânicos de Automóvel, Marcenaria e Tipografia, para o primeiro semestre deste ano. Há, porém, vagas para o Curso Preliminar de preparação dos candidatos à matrícula nos cursos de ofício em julho vindouro.
3. — Qualquer industrial de todo o Estado da Paraíba, de qualquer Município que não seja Campina Grande, poderá desde já apresentar candidato para matrícula no Internato da Escola com vistas às aulas do Segundo Período letivo do ano a ter início em 20 de julho. Para o candidato ser aceito, deve satisfazer às seguintes condições:
 - a) idade entre 14 e 16 anos;
 - b) conclusão do 4.º ano primário;
 - c) destinar-se a trabalhar no estabelecimento apresentante assim que termine a sua aprendizagem;
 - d) ser indicado por empresa industrial devidamente inscrita no Instituto de Previdência e quite com o pagamento da contribuição para o SENAI.

Campina Grande, 10 de janeiro de 1960.

Fonte: DB dia 10 de janeiro de 1960

ROSA DOS VENTOS:

Mas quem divide?

Stenio LOPES

MUITO, mas muito interessante é virem agora os apologistas do Governo, em nome de princípios superiores de unidade pátria, desmentar os que vêm advertindo a Nação sobre o perigo que constitui para o Brasil o enriquecimento progressivo do Sul e o empobrecimento galopante do Nordeste. Somos nós os culpados por essa situação? Fomos nós que criamos «metas» de governo, das quais nenhuma sequer se relaciona com empreendimentos na área nordestina, exceção feita do petróleo baiano que já existia antes das «metas»? A verdade é que apenas alertamos o governo federal a respeito que poderá acontecer, quando os brasileiros do Norte e Nordeste compreenderem que não é mais possível viver-se sob a mentira dos orçamentos que, consignando verbas destinadas a serviços e obras nesta parte do País, são eles transformados e transformados pelos sumptuosos planos de economia da administração. Não pregamos nenhum separatismo. Apenas mostramos que os homens do Sul, geralmente donos dos cargos e posições de comando da política administrativa da União não pregam, mas efetivam esse separatismo. O que eles condenam no caso são as palavras. Estas poderiam dar até na aplicação da lei de segurança nacional contra os que as pronunciarem ou as escrevessem. Os atos, porém, os atos concretos de tratamento discriminatório entre Sul e Nordeste, estes não contam, não despertam a indignação dos hipócritas pregoeiros da unidade nacional.

Há maior diferença de desenvolvimento econômico e social entre o Nordeste e o Centro-Sul do que entre o Centro-Sul do Brasil e os países mais adiantados do globo. Esta foi uma das grandes descobertas do grupo de economistas que se acham na SUDENE. Foi o próprio sr. Celso Furtado quem o disse no relatório publicado sob os auspícios da Presidência da República. O sr. Celso Furtado foi quem disse que, a continuarem assim as cousas,

dentro de alguns anos a separação ou a diferença (como preferirem) entre Nordeste e Centro-Sul será mais flagrante ainda, baixando aqui, cada vez mais, a renda per capita e elevando-se a renda dos felizardos brasileiros do Centro-Sul. Vamos, senhores, prendam o sr. Celso Furtado que encabeça a fila dos que estão mostrando a triste realidade de um país dividido entre ricos e pobres, entre os que tudo tem e muito recebem, e os que pouco tem e menos ainda sanham.

ACHO UMA graça enorme, quando dizem que a obra de Três Marias é feita na intenção do Nordeste. Aquele imenso lago interior que Minas Gerais ganhará de presente do governo federal, vai produzir energia e possibilitará irrigação de extensas áreas num Estado já tão rico. E, futuramente, as populações santofranciscanas e nordestinas gozarão dos benefícios de Três Marias, porque as cheias do rio ficarão regularizadas e o potencial hidrelétrico do São Francisco será aumentado. Mas, enquanto se dizem estas belas cousas, não apressa o governo a instalação de mais turbinas em Paulo Afonso. Desde que se iniciou o atual governo, a CHESF não aumentou o número de suas unidades geradoras de eletricidade, aproveitando o atual potencial do São Francisco. E isto me faz lembrar uma «grande» obra do DNOCs no Ceará: a construção de um túnel entre o Açude Lima Campos e a futura Barragem do Orós. O túnel tem 22 anos de construído... e custou uma pequena fortuna na época! Não! Não somos nós os separatistas, quando clamamos contra o não pouco que o Nordeste tem recebido do poder central. Apenas o nosso nacionalismo não nos consente entusiasmo diante de uma política de investimentos que, enriquecendo rapidamente o Sul e Centro do País, deixou o Nordeste ainda mais pobre, descapitalizado, desmoralizado e tapiado.

Fonte: DB dia 15 de janeiro de 1960

ROSA DOS VENTOS:
Impossibilidade de educar
 Stênio LOPES

TENHO OUVIDO em minha mesa de trabalho, na diretoria do SENAI, o rosário mudo das queixas dos homens do campo no que diz respeito à impossibilidade de educar seus filhos, sentindo que os seus jovens rebentos não mais poderão aspirar, como seus pais, a viver da agricultura, as famílias das zonas rurais lutam incansavelmente por conseguir para seus filhos um lugar em qualquer estabelecimento de ensino de Campina Grande. Os que têm aqui parentes, enviam-lhes os filhos, a fim de se matricularem no Colégio Estadual, na Escola Técnica de Comércio ou na nossa Escola. Os lugares no internato do SENAI vêm sendo principalmente procurados pelos pais. E é com real má-gua e tristeza que somos forçados a explicar aos pretendentes que a nossa Escola não pode atender aos seus mais que justos pedidos.

—(o)—

ESCOLAS do SENAI foram criadas e são mantidas nos centros industriais mais adiantados. Não foi por outra razão, sendo porque nestes centros existem problemas de mão-de-obra para as atividades industriais, que foi escolhida cuidadosamente, sob o critério aludido, a localização de nossas escolas de aprendizagem. Deve-se notar que o Serviço é mantido inteiramente às expensas dos próprios industriais. Ainda há muita gente que acredita ser o SENAI uma entidade pública, que suas escolas são mantidas pelo Governo Federal. A verdade é diferente. E precisa ficar claro que internatos no SENAI não são a regra. No Sul do País, somente em São Paulo o SENAI mantém escolas com internato. Este se destina a receber aprendizes de cidades próximas cujos industriais sentem a necessidade de mão-de-obra formada em determinados ofícios para as suas fábricas. Em Pernambuco e no Ceará, acôrdo com as Estradas de Ferro da União (hoje agrupadas na Rede Ferroviária Federal S. A.) forçou a instalação de dois pequenos internatos: o de Palmares e o de Cedro.

—(o)—

AFORA êstes dois casos, existem escolas com internato apenas no SENAI da Paraíba e de Alagoas. O que motivou essa diretiz foi que, tanto aqui como em Alagoas, não existia, na época da instalação de nossas escolas, centros industriais de grande expressão. A indústria paraibana, como a alagoana, achava-se disseminada em pouco por várias regiões do Estado, com predominância, aqui, do pequeno centro industrial de Campina Grande, em Alagoas, do de Maceió. Em ambos os casos, porém, a razão de ser dos internatos era a de que industriais de outras cidades poderiam ter necessidade de preparar aprendizes no SENAI e, não sendo possível, em vista dos recursos arrecadados, instalar outras escolas em outras cidades, o único recurso seria prover a única unidade existente de um pequeno internato para o atendimento de tais necessidades. Bem se vê que a área de ação do internato da Escola de aprendizagem de Campina Grande não se estende até a zona rural, mesmo a circunvizinha. Alunos internos são admitidos, quando industriais de qualquer localidade paraibana enviam para cá um aprendiz destinado a aprender um ofício para em seguida ser colocado no estabelecimento apresentante, a fim de preencher uma necessidade qualquer de mão-de-obra mais habilitada. Infelizmente, para a educação dos adolescentes da zona rural, o SENAI não é a solução. Cumpre que lutemos pela instalação de escolas artesanais, mantidas pelo poder público, para atender aos imperiosos reclamos dos homens do campo em prol de melhor educação para seus filhos. Pensando-se bem, as escolas do SENAI são impróprias e inadequadas para essa educação. Veremos a razão dessa afirmativa em nossa próxima crônica.

Fonte: DB dia 19 de janeiro de 1960

Professor Stênio Lopes diretor da Escola SENAI de 1957 a 1968.



Fonte: <http://www.fiepb.com.br/noticias/2010/07/02>.

Modelos de folhas individuais e instrumentos

CBC	INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA: MICRÔMETRO (NOMENCLATURA - TIPOS - APLICAÇÕES)	REFER.: FIT.025	4/4
		COD. LOCAL:	

APLICAÇÕES
As figuras 8 a 14 mostram as principais aplicações do micrômetro.

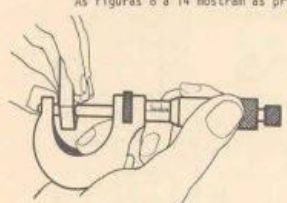


Fig. 8 Medição da espessura de um bloco.

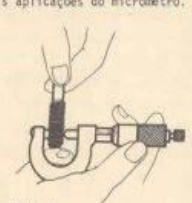


Fig. 9 Medição do diâmetro de uma rosca.

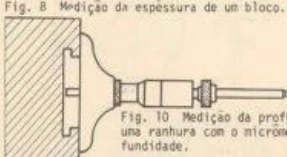


Fig. 10 Medição da profundidade de uma ranhura com o micrômetro de profundidade.




Fig. 11 Medição de um diâmetro com o micrômetro tubular.

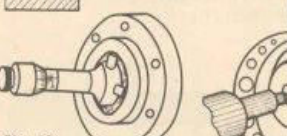


Fig. 12 Uso do "Imicro" (três contatos) na medição de um diâmetro interno.

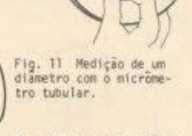


Fig. 13 Uso do micrômetro de grande capacidade para medir os diâmetros de uma peça montada num torno.




Fig. 14 Uso do micrômetro de arco profundo, numa medição de parte saliente.

Atualmente existe micrômetro interno (imicro) especial com a cabeça intercambiável, que pode ser adaptado para medir furos passantes, furos cegos, furos com ranhuras e pistas para rolamentos.

CBC	OPERAÇÃO: ROSCAR COM TARRAXA NO TÔRNO	REFER.: F0.11/T	1/2
		COD. LOCAL:	

Roscar com tarraxa no torno é uma operação que consiste em fazer rosca, no máximo até 12mm de diâmetro, sobre um material cilíndrico, mediante uma tarraxa apoiada na contraponta (fig. 1). Realiza-se quando a rosca é de pouca precisão ou para terminar rosças previamente desbastadas no torno com ferramenta.

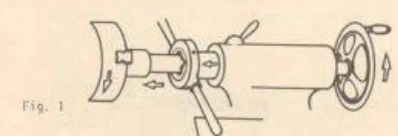


Fig. 1




Fig. 2

PROCESSO DE EXECUÇÃO

19 Passo *Prepare o material a ser rosado.*

- Faça o chanfro (fig. 2).
- Verifique se o diâmetro está de acordo com a tarraxa a ser usada.

20 Passo *Prepare a tarraxa.*

- Coloque o cossinete no desandador.
- Regule o cossinete com auxílio dos parafusos do desandador, verificando com um parafuso ca librador (fig. 3).

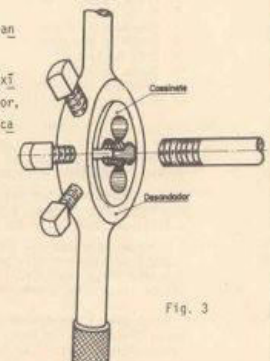


Fig. 3

Fonte: KALIL, N. L. O SENAI e a sua metodologia de ensino. SENAI, Rio de Janeiro: Brasil, 1971, p. 25